



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**----- Acta n.º 261 -----**

-----  
----- Aos catorze dias do mês de Novembro de dois mil e oito, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e secretariada pela Primeira Secretária Senhora Lígia Filipe Seabra e pelo Segundo Secretário Senhor João Paulo Teixeira Branco, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: *"Análise da situação em que se encontra actualmente o Hospital José Luciano de Castro de Anadia, considerando a decisão judicial de indeferimento da Providência Cautelar requerida pelo Município de Anadia contra o Ministério da Saúde no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, e considerando também a deliberação da Câmara Municipal de Anadia de não recorrer do referido indeferimento, de acordo com o estabelecido na alínea n) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)"; -----*

----- Ponto dois: *"Análise do Estudo Prévio do "IP3-Coimbra (Troxemil)/Mealhada, IC2-Coimbra/Oliveira de Azeméis (A 32/IC 2) e IC3-Coimbra/IP3", no que se refere ao Município de Anadia, na sequência da Consulta Pública feita no âmbito do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, de acordo com o estabelecido na alínea n) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA"; -*

----- Ponto três: *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia do Regulamento da Chave de Honra da Cidade de Anadia, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA"; -----*

----- Ponto quatro: *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia de atribuição de Galardões Municipais e Chave de Honra da Cidade de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea p) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA". -----*

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e trinta minutos. -----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM): -----

- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – GM do PSD; -----
- • Fernando Morais da Silva – GM do PSD; -----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS; -----
- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PSD; -----
- • Lígia Filipe Seabra – GM do PSD; -----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – GM do PS; -----
- • António Augusto da Conceição Pereira da Silva – GM do PSD; -----
- • José Veloso Bernardino Gonçalves – GM do PSD; -----
- • Álvaro Gonçalves Marques Pereira – GM do PS; -----
- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD; -----
- • João Paulo Teixeira Branco – GM do PSD; -----
- • Áurea de Oliveira Mendes – GM do PS; -----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Jaquelina Soares dos Santos – GM do PSD; -----
- • António Manuel Gomes Rosmaninho da Fonseca – GM do PSD; -----
- • Acácio da Conceição Maças – GM do PS; -----
- • João Alves Morais – GM da CDU; -----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD; -----
- • António Manuel da Costa Faria Cavadas – GM do CDS-PP; -----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD; -----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD. -----

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----

- • Vítor Manuel da Piedade Timóteo – GM do PSD – PJF de Aguim; -----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD – PJF da Amoreira da Gândara; -----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD – PJF de Arcos; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • Armando Henriques Pereira – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima; -----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores; -----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita; -----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro; --
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro; -----
- • Sérgio Soares Aidos – GM do PSD – PJF de Sangalhos; -----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PSD – PJF de Tamengos; -----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro. -----

----- Não compareceu à sessão e não solicitou a sua substituição o Senhor Deputado, do indicado GM: -----

- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS. -----

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros: -----

- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente; -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD – Vereadora e Vice-Presidente; -----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador; -----
- • Jorge António Tavares de São José – PSD – Vereador; -----
- • Rui António de Almeida Marinha – PS – Vereador. -----

----- Do executivo camarário não compareceu à sessão o seguinte membro: -----

- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD – Vereador. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Anadia, após o que informou o Plenário de que, de acordo com o RAMA



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e, atendendo ao facto da sessão se realizar depois das vinte horas, iria ser dada prevalência ao público para intervir. Tendo aberto o período de intervenção do público, informou da existência de quatro pedidos na Mesa, dos cidadãos José Francisco Paixão Correia, João Tiago Castelo Branco, Joaquim Alfredo Pereira Mota e Maria do Céu Castelo Branco. Aproveitou, ainda, para informar os cidadãos de que cada intervenção, de acordo com o RAMA, teria a duração máxima de cinco minutos, sendo que poderiam usar da palavra por duas vezes, e que o tempo global previsto para intervenção do público era de trinta minutos, o qual poderia ser prorrogado por mais trinta minutos, havendo deliberação para tal. -----

----- Prestadas as informações iniciais, concedeu a palavra ao cidadão José Francisco Paixão Correia, que concretizou a intervenção que se tenta transcrever: *"Boa noite. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, cidadãos de Anadia, Senhores Jornalistas. Aquilo que, é com algum agrado que esta casa vai debater um assunto que nos é muito querido ao longo deste ano, ou seja, um assunto que fez manchete nacional durante bastante tempo no País, ou seja, a questão das urgências do nosso Hospital. E, como é do conhecimento, o Movimento estava a recolher assinaturas para convocar este órgão, ser de, esta solicitação ser de cariz popular, mas saudamos a iniciativa da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, portanto, por esta iniciativa. Eu gostaria de colocar algumas questões. Espero é, portanto, ter uma resposta o mais verdadeira possível, e naturalmente também quero conhecer os segredos íntimos das coisas. Portanto, mas uma informação que seja musculada, que a gente possa todos perceber e qual é o ponto de situação do nosso protocolo, qual é o resultado de dez meses de negociações em volta, portanto, após o encerramento das nossas urgências. Gostaríamos, se fosse possível, que fosse dado a conhecer, para além daquilo que já se vai conhecendo pela comunicação social, o que é que o protocolo encerra, o que é que tem de novo em relação àquilo que foi proposto pelo Ministro Correia de Campos, portanto para saber o que é que daí de positivo possa existir para as nossas populações. Aquilo que a malta vai sentindo mais, principalmente, especialmente aquelas pessoas de mais baixos recursos, e incluindo nesta área reformados com muitas dificuldades, muita das vezes de poder aceder aos cuidados de saúde. Por outro lado, perfilam-se, no futuro, alterações à rede dos cuidados primários de saúde ao nível do País, ou seja, com a criação dos chamados agrupamentos Centros de Saúde, e que o concelho de Anadia vai ficar integrado numa área que vai abranger os concelhos de Águeda, Anadia, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga, será um agrupamento que irá ter um director que nos vai comandar de Águeda – não tenho nada contra a cidade de Águeda – mas que isto vai ter implicações aqui no concelho. E gostaríamos de saber, também interligado com esta matéria, que implicações é que aqui possam vir. Sabemos que estes agrupamentos vão trazer incluídos unidades de saúde familiar, e as unidades de saúde familiar são estabelecimentos de saúde, chamemos-lhe assim, que só serão possíveis para ter um mínimo de quatro mil cidadãos, ou seja, habitantes, até ao máximo de dezoito mil. O que é que vai encerrar e que consequências é que isso vai trazer para a população. Nós não estamos a falar de uma pequena cidade, de média dimensão - pequena é a*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*nossa cidade, mais parece uma aldeia - mas as outras pequenas cidades possa justificar. Aqui, como é que vai ser, o que é que vai fazer secar estes eucaliptos chamados unidades de saúde familiar. Naturalmente que isto vai levar concentração de serviços e, provavelmente, são capazes de perguntar porquê, e a gente também daqui já pode ir respondendo a algumas questões. Naturalmente, contenção de custos, que é aquilo que a gente vai ouvindo falar todos os dias dos nossos Ministros e Secretários de Estado. Mas esta contenção de custos vai criar tachos, portanto, e os tachos vão ser criados. É que neste momento nós estamos numa área que é uma sub-região de saúde, que tem um administrador, e aquilo que estão a propor para esta mesma área, são três agrupamentos, cada um deles vai ter um director, ou seja, troca-se um salário por três, ou seja, mais um tacho para a rapaziada, vai ser uma coisa porreira. Naturalmente, com orçamentos apertados e cada ano que passa, independentemente de acordo do Governo, vão sendo reduzidos, portanto, as verbas disponíveis para as regiões, e não resta mais nada que estes gestores só saibam fazer uma coisa, cortar nas despesas, cortar nas despesas, o que sobra para o cidadão é aumentar despesas, aumentar despesas, aumentar despesas. E tendo em atenção que os salários parece que estão sempre debaixo de água e encolhem com uma facilidade incrível, cada vez nos sobra mais mês, como é que isto se vai ser resolvido? Portanto, estas são algumas das questões que nós gostaríamos que numa eventual e hipotética decisão deste órgão em vir, um dia destes, a assinar o protocolo. Espero que seja só depois de cá estar tudo aquilo que lá está escrito, para não nos acontecer aquilo que tem acontecido aos outros concelhos, prometem coisas para lá, já foram fechados esses serviços há muito tempo e ainda lá não está tudo. Portanto, primeiro se querem levar deixam aquilo que cá querem deixar, depois, levam aquilo que for, que estiver a mais que a gente já não precise. Por fim, a última questão que queria colocar, e prende-se com a providência cautelar que foi posta em Dezembro do ano passado para evitar o encerramento da urgência, e que no passado mês de Outubro foi recusada pelo Tribunal Administrativo de Viseu. Eu gostaria de fazer uma proposta: se era possível que o acórdão do Tribunal de Viseu, ou seja, a sentença, fosse lida aqui nesta Assembleia para todos nós tivéssemos conhecimento daquilo que lá está escrito para percebermos se houve má fé ou vontade do Senhor Juiz porque não precisa de umas urgências lá porque já está servido, se se foi por outras razões, portanto, que essa providência foi recusada e, naturalmente, depois podermos pedir responsabilidades a quem de direito. Disse." -----*

----- Para responder ao cidadão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por se congratular com o facto de ter a casa cheia porque, como disse, muitas vezes dar explicações através de jornais só uma das partes era ouvida, e, na presente sessão era conseguida a facilidade de serem ouvidas as partes. Assim, e porque considera importante que todos tenham direito à palavra, referiu que dessa forma era muitas vezes evitada a especulação e, inclusivamente, a criação de fantasmas, e aproveitou, então, para agradecer ao público a sua presença. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Passando a responder concretamente ao que lhe tinha sido perguntado, adiantou, desde logo, que não poderia ser exaustivo em muitas situações por não poder responder por uma área que a Câmara Municipal não tutela, a saúde, uma competência do Ministério da Saúde, a quem, através dos seu organismos representativos, cabia responder a muitas das questões que tinham sido colocadas. No entanto, e no que referiu dizer-lhe directamente respeito, afirmou não ter assinado qualquer protocolo, mas adiantou estar disponível para assinar um protocolo onde estivessem garantidos os interesses dos utentes do Hospital de Anadia e, naturalmente, os utentes do concelho de Anadia. Entretanto, esclareceu que já tinha sido tentado, por várias vezes, alcançar um acordo entre a entidade tutelar, nomeadamente a Administração Regional de Saúde e o Presidente da Câmara Municipal, para assinar o protocolo, o qual era do conhecimento de muitas pessoas, e da própria Câmara Municipal, e que, embora melhorado em relação ao primeiro, não respondia cabalmente aos interesses. Nessa medida, informou que o Presidente da Câmara tinha recusado a sua assinatura. Informou, entretanto, que a Senhora Ministra, no próprio Ministério, tinha ficado sensibilizada mas não lhe tinha prometido mais do que estudar uma questão, para si bastante preocupante e que cria alguns problemas, que tem a ver com o transporte de doentes da zona de Anadia, mais propriamente do Hospital. Lembrou, assim, que esse transporte era feito pelos Bombeiros Voluntários de Anadia, que tinham inúmeras viaturas de transporte, mas que actualmente o que se passava era que naquela troca permanente de doentes a necessitar de tratamento e outros a necessitar de alta, não era tão evidente a necessidade que passou a ser verificada, que muitas das vezes alguns desses doentes, perante a actual situação, se vêem em sérias dificuldades em regressar depois da alta. E, conseqüentemente, disse notar que quem mais saía prejudicado nessas circunstâncias eram, realmente, as classes mais desfavorecidas, porque quem tem melhores condições em termos de família e amigos, sempre arranja o carro ou tem dinheiro para regressar à sua terra de táxi. Daí, ter proposto uma alteração nesse sentido. Curiosamente, referiu que a Senhora Ministra foi tentando dar resposta a algumas situações no Hospital de Anadia que também já constavam da intenção de protocolo, alterações essas que eram do conhecimento de todos e, portanto, não serviam, de modo algum, ou pelo menos, não substituíam as reivindicações que tinham sido feitas durante algum tempo. -----

----- Assim, constatou que o poder estava na mão de quem governa e, ainda que muitas manifestações pudessem ser feitas, a população de Anadia não teria realmente possibilidade de pressionar a Senhora Ministra e também, num conceito de civismo, do comportamento exemplar nas suas manifestações, porque não anda a maltratar aqueles que visitam o concelho ou, inclusivamente, aqueles que nele estão a trabalhar a mando de alguém e que não têm culpa alguma. Portanto, reconheceu que a população tinha sido exemplar na nossa forma de tratar todos aqueles que estavam ligados ao sistema de saúde implantado no concelho. Continuando, informou que não tinha assinado o protocolo, porque também não tinha sido entregue à Câmara Municipal, estando a Autarquia a aguardar essa entrega há alguns meses. Contudo, adiantou que a situação poderá ter ficado um pouco mais complicada, motivada pela providência cautelar



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interposta pela Câmara Municipal. Relativamente à mesma, recordou a decisão do Tribunal e constatou que, perante a mesma, a Câmara Municipal, por unanimidade, não tinha encontrado qualquer razão para não a acatar, pelo que deliberou que não valeria a pena apresentar recurso daquela decisão, dado que os argumentos do Tribunal, que foram baseados na defesa do Ministério da Saúde, seriam muito difíceis de ultrapassar, tendo assumido essa responsabilidade, porquanto, com um recurso, nada mais iriam fazer do que “*queimar mais algum tempo*”. No entanto, informou que a questão se mantinha em aberto e que qualquer cidadão poderia avançar, não com uma providência, porque essa fase já tinha passado, mas que poderia avançar com uma acção contra prejuízos eventuais para a saúde, entre muitas outras coisas. Ele próprio, disse preferir a via do diálogo por estar convencido de, com isso, colher algo, tendo-se mostrado disponível para continuar a falar com a Senhora Ministra, até porque disse haver questões a resolver, como os projectos em curso, de valorização na área da saúde do Hospital de Anadia e de valências que se encontram espalhadas pelo concelho de Anadia, nomeadamente um problema que ainda o marcava de forma muito violenta, que era o tratamento que a unidade instalada em Sangalhos dava aos seus doentes. -----

----- Esclareceu, no entanto, não ter qualquer procuração para defender a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC) ou a Senhora Ministra, até porque o não poderia fazer, nem tinha sido solicitado para tal. Mas, relativamente ao que tinha sido escrito num jornal regional - que iria fechar a consulta aberta - não deixou de alertar para alguma consciência que deve existir para que não se escreva, apenas, mas, também, que se subscreva, porquanto se trata de afirmações de alguma gravidade, tendo chegado mesmo a questionar da base que teria o autor para proferir tal afirmação. E esse seu alerta disse ser baseado num documento que tinha em sua posse, remetido pela ARSC, no qual aquela entidade reafirmava, o que o deixava tranquilo e lhe permitia retirar a validade que entendesse à notícia do jornal, que nada iria encerrar e onde nada do que era dito no jornal era confirmado. Entretanto, informou que o sobredito documento iria ser dado a conhecer à comunicação social para servir de esclarecimento e para que, naturalmente, a ARS tenha direito ao desmentido, o qual passou a ler: “*A Administração Regional de Saúde do Centro desmente veementemente o título da manchete da edição do dia doze de Novembro de dois mil e oito do Semanário Região Bairradina “Consulta Aberta com fim à vista”, bem como declarações proferidas pelo responsável do Movimento Unidos pela Saúde, transcritas na notícia Consulta Aberta poderá encerrar, publicada na página dois da mesma edição. A criação de uma consulta aberta no Hospital de Anadia inseriu-se no âmbito do programa de reforma dos cuidados de saúde primários que se encontra em curso. Como foi oportunamente noticiado, esta consulta entrou em funcionamento a dois de Janeiro de dois mil e oito e o seu movimento tem sido regularmente monitorizado pelos serviços da ARS Centro. Esta consulta aberta é para manter. Segundo ponto: O projecto de requalificação do Hospital de Anadia, do qual faz parte, sublinha-se, a Consulta Aberta, encontra-se em plena evolução, em colaboração com os Hospitais da Universidade de Coimbra. Foram criadas as consultas de otorrinolaringologia e de*



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*dermatologia, estando previsto arrancar, em breve, a consulta de oftalmologia. Procedeu-se, igualmente, ao reforço da cirurgia vascular, em articulação com os UC, ao alargamento do horário da consulta de pediatria, bem como à melhoria da oferta do Hospital em fisioterapia, com a contratação de dois fisioterapeutas, o que está a permitir reduzir a lista de espera nesta área. Ainda no âmbito do projecto de requalificação do Hospital de Anadia, iniciaram-se obras para a instalação de uma unidade de convalescença integrada na rede nacional de cuidados continuados integrados. As obras estão nesta altura em fase de conclusão. Tem sido política constante desta ARS noticiar a seu tempo as alterações que vão sendo implementadas nos serviços de saúde da sua área de influência. Garante-se, assim, um processo comunicacional, baseado no respeito e na transparência entre as instituições e a opinião pública, em geral, e o cidadão utente dos serviços de saúde, em particular. Assim continuaremos a proceder.” -----*

----- Disse, então, ao cidadão, que estava satisfeito com o esclarecimento que tinha acabado de ler, o qual lhe tinha sido enviado e que iria ser publicado no jornal, porque, assim, continuava a ter de acreditar naquela gente, até porque eles próprios ainda acreditavam que a situação do Hospital de Anadia não era um assunto encerrado. E disse também não encerrar naquela sessão e naquele dia. Portanto, congratulou-se, uma vez mais, com a presença de todos, porque, assim, eram capazes de se entender, e porque, assim, tinham a certeza de que o Presidente da Câmara não está conivente com ninguém, mas que pretendia, sim, dar resposta, via indirecta, daquilo que era garantido ao Município – que não haveria encerramento da consulta aberta, aliás, o que seria muito mais complicado do que o próprio encerramento das urgências. Questionou-se, mesmo, se haveria alguém com coragem de fazer tamanha atrocidade e, espero que não, reafirmou que iria continuar a acreditar nas pessoas. -----

----- Concluído o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs, dada a importância do assunto e do documento que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de ler, que o mesmo pudesse ser disponibilizado na Internet para que qualquer cidadão pudesse ter a facilidade de lhe aceder. Assim, e aproveitando a solicitação apresentada pelo cidadão José Paixão Correia para que fosse distribuída a sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu relativamente à providência cautelar, um documento um pouco volumoso para ser lido, propôs, por um lado, ao Senhor Presidente da Câmara que o mesmo também pudesse ser disponibilizado na Internet, e por outro lado, que a Mesa facultaria a possibilidade de o disponibilizar em papel, a solicitação de qualquer cidadão. -----

----- Em qualquer dos casos, lembrou tratar-se de um assunto que constava do ponto um da ordem do dia, sendo que aí, haveria o tempo necessário para discutir a matéria, até porque o período de intervenção do público era um pouco limitado, destinado, essencialmente, para o público transmitir as suas necessidades, os seus sentimentos e o que acha para o Município. Considerando a profundidade do documento, aconselhou que, mesmo o público não podendo intervir, se mantivesse para o ponto um, onde o assunto seria escalpelizado com todo o tempo, o que também permitiria, a todos, um melhor esclarecimento do assunto. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Dado o esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu de seguida a palavra ao cidadão João Tiago Castelo Branco para desenvolver a intervenção que se tenta transcrever: *“Muito boa noite a todos os Presidentes, a todos os presentes. Eu acho que todo este processo, desde o início, não tem sido transparente. Isso é óbvio. Todos sabemos. Todos sentimos isso. E continua a não ser transparente. E vai continuar a não ser, a não ser que se mude o rumo das coisas. Os principais interessados em informar as populações devia ser precisamente o Ministério da Saúde e a ARS Centro, que pelos vistos até tiveram conhecimento que se ia realizar esta Assembleia, mas eu acredito que ninguém esteja aqui representado, e que se tiver que ponha o dedo no ar, ou que diga que está. Não está. Portanto, nós temos que ter muito cuidado com quem estamos a lidar e com o que é que estamos a lidar. Não é por providências cautelares, ou por quaisquer documentos que possam vir a público que se vai resolver toda esta situação. Todo este processo está ilegal, de princípio ao fim. A consulta aberta é ilegal. Tanto a consulta aberta de Cantanhede como a de Anadia, existe porque as populações fizeram pressão, porque as populações não querem ficar inseguras, como estão aqui, hoje, inseguras. O que é certo é que o Ministro da Saúde e a ARS Centro, calando-se, estão a ganhar muitos milhões, porque não estão a dar às populações aquilo que já deviam ter feito há muito tempo, que era Centros de Saúde desconcentrados, junto das pessoas que precisam, abertos se fosse preciso vinte e quatro horas, consoante as necessidades de cada população, e isso é que eles não querem fazer. Querem, primeiro, fechar as urgências, querem primeiro fechar os Hospitais que é para não gastarem dinheiro e depois, sim, vão fazer como o nosso companheiro Paixão estava a dizer, fechar também Centros de Saúde, se for preciso, para não gastarem dinheiro. Isso é que tem que ser dito e isso é que tem que ser debatido, e não é numa sessão, nem que seja extraordinária de Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, com todo o respeito que eu tenho por estas sessões. Isto devia ter sido feito noutros sítios, com outras pessoas, para que toda a gente saísse esclarecida destas situações. E é isso que eu peço ao Senhor Presidente da Câmara, que eu sei que vai fazer por isso, que faça sessões de esclarecimento e que se fale verdade acerca do que se está a passar em Anadia, porque nós podemos ser um exemplo como temos sido até aqui. Estas notícias já davam para fazer um livro, não é. Agora, vamos é orientar o nosso caminho naquele caminho que é o correcto. Não é o caminho da obscuridade e das providências cautelares que não sabem porque é que não conseguem atingir o seu objectivo. Porque se pudéssemos entrar aqui em questões legais, claro que eu podia vir dizer que se a providência cautelar não conseguiu reabrir o Hospital é porque estava muito mal feita, de certeza, porque é a própria Comissão Parlamentar de Saúde que vem dizer, numa petição que foi apresentada na Assembleia da República, que, e eu passo a ler o ponto treze: Saliente-se, ainda, que todo este processo de requalificação das urgências não poderá ocorrer sem que se assegure, nomeadamente, o pleno funcionamento vinte e quatro sobre vinte e quatro horas em todo o território nacional do centro de atendimento telefónico do serviço nacional de saúde; o funcionamento de consultas programadas e não programadas em horário alargado nos centros de saúde USF. Portanto, isto*





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*é que devia ter sido criado em primeiro lugar. São os USF, as Unidades de Saúde Familiar deviam ter sido criadas para as populações, agora, não se sentirem inseguras porque vêm o único médico que estava a atendê-los durante a noite desaparece. Este processo é que foi todo mal feito, foi feito ao contrário, foi feito ao contrário porque só queriam dinheiro, mais nada. Nós não interessamos para nada, para eles somos números, mais nada. Porque se eles se preocupassem com a nossa saúde, tinham primeiro criado os Centros de Saúde se fosse preciso abertos vinte e quatro horas e as pessoas podiam lá dirigir-se, se tivessem alguma urgência, e quando eu digo urgência, não é uma urgência científica, médica, é uma urgência social, nós precisamos de nos sentir seguros na nossa saúde. Por isso é que se fala em situações incómodas que nós passamos, na nossa vida, no dia-a-dia, à noite, às três da manhã temos alguém doente e precisamos de que essa pessoa tenha um cuidado de um médico, isso é legítimo, é um direito que foi adquirido e que nós temos que lutar por esses direitos porque, senão, perdemos tudo. Era só isto que eu queria dizer, mais nada. Muito obrigado." -----*

----- Para responder ao cidadão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por esclarecer não lhe caber mostrar os documentos, até porque, estavam mostrados e tinham sido disponibilizados a todos os Senhores Deputados. Relativamente à questão da providência cautelar, constatou algumas acusações que tinham sido feitas, e que eram relativamente incómodas para os profissionais das leis, os homens do direito, dizendo mesmo não entender bem como pessoas ligadas ao direito conseguiam dizer que um colega não tinha feito bem o seu trabalho. Acrescentou, ainda, que a providência cautelar não tinha sido feita pelo Presidente da Câmara, tinha sido mandada fazer a um profissional, e que tinha base, por isso tinha sido aceite, porque se não tivesse devidamente formulada não era aceite para ser analisada. Algo diferente, era a decisão da providência cautelar, que disse não ter sido favorável ao Município de Anadia, não porque não tenha sido bem elaborada, porque terá, com certeza, sido bem elaborada, mas pelo facto dos argumentos não terem convencido o Tribunal. Mas, mostrando-se contente com a presença de toda a gente na Assembleia, disse que a Assembleia mais parecia estar a transformar-se num comício, o que era óptimo, porque a democracia é isto mesmo. Sobre o comentário proferido pelo cidadão sobre falta de transparência em todo o processo, disse que o que lhe parecia não ser transparente era o facto do actual responsável pelo CDS-PP, não estar em sintonia com o representante do CDS-PP na Assembleia Municipal, quando este último, peremptoriamente declarou que as urgências do Hospital de Anadia não faziam qualquer falta, pelo que deveriam encerrar. Assim, perguntou como era a transparência para alguns. "*Será isto? Se é isto, não é para mim*". Portanto, disse nada ter a comentar. Mas considerou que essa gente, com toda a sua força de expressão, "*com esta verdade toda a rodos*", deveria, e que se abstivessem os outros, organizar-se numa grande manifestação numa prova de força, como foi feito no concelho. Não era apresentar-se à Assembleia e aproveitar para não dizer nada, ou, pelo menos, não dizer nada daquilo que interessa, no momento, às populações saber, porque toda a gente sabia que era incómodo não ter as urgências, e já toda a gente tinha discutido o assunto.



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No entanto, pelas palavras do cidadão, disse parecer existirem só irregularidades, tratar-se do concelho das irregularidades, sendo que até a consulta aberta era uma irregularidade, tendo inclusive referido que *"o Governo que cai numa irregularidade à vista de toda a gente"*. -----

----- Dirigindo-se ao cidadão, aconselhou que também era necessária aprendizagem na política, e uma aprendizagem séria, profícua, uma aprendizagem onde realmente se defendam os verdadeiros valores políticos, através de argumentos verdadeiros, através de todo um discurso que efectivamente venha valorizar a todas as pessoas que andam na política. E apresentou a sua experiência, nomeadamente o facto de se orgulhar de ter uma oposição, com a qual se confronta e a qual apresenta óptimas propostas, que poderão ser reprovadas, mas que não deixam de ter a qualidade que devem ter. Uma oposição que disse ter ao seu lado e que quando necessita de unanimidade, convence-a, argumenta, e os opositores vêem a bondade e dizem uma coisa ou outra, *"porque não lhes pede para votar isto ou aquilo"*, através do convencimento da bondade dos factos. Mostrou ser essa a sua forma de ver, sobre o que é pretendido de quem governa e de quem se opõe ao Governo, porque o Governo é alternativo. Para concluir, disse que como não tinha sido visado, não pretendia falar muito mais, mas, efectivamente, reconheceu terem sido ditas coisas que não podiam passar despercebidas porque, ao serem ditas, ofendiam muita gente ligada e que está naturalmente interessada que a urgência de Anadia, ou seja revitalizada, seja reinstalada, ou seja substituída por um serviço exactamente igual ou para melhor. Declarou ser por isso que todos deveriam lutar e ser para isso que também estava na Assembleia. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão Joaquim Alfredo Pereira Mota que concretizou a seguinte intervenção, que se tenta transcrever: *"Ora então, boa noite a todos. Boa noite também ao Senhor Presidente, aos Senhores Deputados e à Mesa também. Já agora, esta pergunta, eu vou fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, se me pudesse. Eu há bocadinho estava um bocadinho distraído e não me apercebi qual era a data do documento que o Senhor Presidente tinha aí sobre as urgências, esse documento que esteve a ler. Essa folhinha que o Senhor Presidente esteve a ler."* -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu tratar-se de um fax datado de treze de Novembro, recebido às quinze horas e quarenta e um minutos. -----

----- Retomando a palavra o cidadão perguntou: *"Já agora, por acaso essa folha não tem data de validade?"* -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o cidadão para o informar de que excepcionalmente tinha permitido a criação de um diálogo para que o Senhor Presidente da Câmara o pudesse esclarecer para prosseguir a sua intervenção. Acrescentou, ainda, ser menos útil, e não fazer sentido, uma parada resposta, até porque o RAMA não previa essa situação, acabando por solicitar que o cidadão pudesse fazer uma intervenção contínua e que pudesse concluir o raciocínio, entretanto na posse do elemento que pretendia e confinado ao tempo de que dispunha. -----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Novamente na posse da palavra, o cidadão continuou a sua intervenção, a qual se tenta transcrever: *"Este reparo vem só porque o Senhor Presidente, eu pedia ao Senhor Presidente que antes de assinar o protocolo, se o chegar a assinar, que pense mesmo nas pessoas mais desfavoráveis, porque o que está nesse documento, o que o PS escreve hoje, se calhar, no dia um de Janeiro já não tem validade. E basta lembrar que numa reunião aqui na Câmara, onde esteve o Senhor Dr. Lebre, a anunciar o fecho das urgências do Hospital de Sangalhos, do SAP de Sangalhos, ele disse que Sangalhos ia ficar com uma consulta aberta, possivelmente iria ter um Centro de Saúde Unifamiliar. Até hoje isso é tudo mentira e, inclusive, uma Senhora Deputada do PS disse numa Assembleia, passado uns meses da consulta ter fechado, que o Centro de Saúde de Sangalhos funcionava às cinco maravilhas, que tinha a consulta aberta, que funcionava exactamente como se fosse urgência. Está mais que provado, também, que os Senhores Deputados do PS nunca foram a uma urgência e não precisam dela para nada, porque, se calhar, vão ao consultório de um médico que é amigo, ou, então, outros também vão para Lisboa e são atendidos em Lisboa. O que eu pedia era que o protocolo fosse a pensar nos mais desfavoráveis porque para o ano é ano de eleições e todos os Deputados vão andar a bater perna por a estrada fora a pedir votos às pessoas, e vão bater à porta dos desfavorecidos. Era bom que nesta altura pensassem nos mais desfavorecidos. E acabo em dizer que o que o PS diz hoje não é realidade amanhã. Temos o exemplo de Sangalhos e não deixe fazer com o Hospital de Anadia aquilo que aconteceu em Sangalhos. É só o que eu peço. Obrigado."* -----

----- Concluída a intervenção do cidadão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou, ainda que reconhecendo nunca ter sido passado o critério da boa educação, para que não fosse criado algum mau estar quando se dirigissem aos Senhores Deputados ou aos membros do Executivo e que conseguissem manter alguma cordialidade. De imediato, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra apenas para tranquilizar o cidadão relativamente ao apelo por ele feito. Lembrou, então, que tinha prometido não assinar qualquer documento do género sem que antes fosse apresentado ao Executivo Municipal e, consequentemente, à Assembleia Municipal e reforçou que assim iria ser, que iria cumprir a promessa. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à cidadã Maria do Céu Castelo Branco, que fez a intervenção que se tenta transcrever: *"Boa noite a todos. Eu gostava, primeiro até em relação àquilo que aquele Senhor acabou de dizer. De facto aquilo que é verdade neste momento, no mesmo momento passa a ser mentira neste País. Portanto, é perfeitamente natural que as pessoas hoje caíam neste descrédito de acreditar em quem os Governa, porque, efectivamente, tem sido esta toda a atitude deste Governo, e especialmente nestes últimos dias, todos temos visto o que é que tem acontecido no País. Mas eu até gostava só hoje de fazer uma reflexão. E, de facto, se era questionável a urgência médica, não é questionável a urgência social deste concelho. Aquilo que, de facto, que me leva a pensar e que me levou, desde o primeiro momento, a ter estado na maioria das*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*manifestações contra o encerramento da urgência do Hospital de Anadia, foi precisamente a pensar nos mais carenciados, nos mais envelhecidos deste concelho, nos doentes crónicos que têm necessidade constante de atendimento e que deixam de ter, e saem do sistema, porque não temos, tão pouco, um INEM que responda à realidade deste País, que não atende chamadas, que vive em constante conflito interno, mais uma vez de arrogância e de prepotência, e que não responde, na maioria dos casos, e muitas vezes, àquilo que é a realidade social deste concelho e deste País. Por isso me preocupo, muito, por aquilo que virá a acontecer em Anadia e sabemos que efectivamente todos aqueles cidadãos que têm tido necessidade de ir no INEM para Coimbra, a maior parte deles, se não têm transporte de alguém que os vá buscar, ficam horas a fio à espera que uma ambulância, ou que alguém os traga de volta para o seu concelho. E penso que isto não é, de maneira nenhuma, a política de um partido que está no Governo, que tem um cariz social e solidário, é, antes de mais, uma política de um Governo que pensa em si próprio, nos milhões dos seus governantes e daqueles todos que giram à volta daquilo que nós ainda agora acabámos por ver nos últimos tempos, que foi o banco, aliás, todo aquele o PDN, todo aquele, sim, o Banco Nacional Portugal de Negócios, não interessa. Também não interessa, porque eu nas contas sou má e também nas siglas sou muito má. Uma coisa é certa. Temos que ter em conta, e era a última coisa que eu digo em relação ao Senhor Presidente da Câmara, e não há, penso que também é indecoroso, por parte dos Senhores Deputados, abanarem e sorrirem, quando, efectivamente, os membros e os munícipes deste concelho estão a fazer uma intervenção. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, considero que é grave esta atitude, é uma atitude de desprante e, inclusivamente, até, de muito mau gosto. Devo-lhe dizer, e já não é a primeira vez que isso acontece. Concluí. Muito obrigada." -----*

----- Logo que terminada a intervenção da cidadã, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu não ter descortinado tal atitude dos Senhores Deputados Municipais, pelo que certamente não se estaria a referir a Deputados Municipais, porque só os via pelas costas. Disse, no entanto, ser evidente, que a haver algum Senhor Deputado que quisesse discordar, desde que não fosse de forma ostensiva e verbal, ou ruidosa, obviamente teria todo o direito de o fazer. Como, aliás, lembrou ser também uma possibilidade que assistia ao público, de uma forma mais contida, fazer algumas expressões, ainda que pudesse, obviamente, de algum modo, de um modo mais suave, expressar algum sentimento, até porque não fazia qualquer intenção de poder condicionar o sentimento das pessoas. -----

----- De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à pretérita intervenção. O Senhor Presidente da Câmara disse pensar não estar evidente qualquer tipo de resposta, na medida em que a cidadã tinha apresentado um determinado conceito de governabilidade, entre outras questões, que disse considerar não se enquadrarem muito numa resposta que possa ser dada pelo Presidente da Câmara. Portanto, e com o devido respeito, disse ter ouvido com atenção a intervenção da cidadã, mas acrescentou não ter sido questionado pelo que nada tinha a responder. -----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão António Conceição Martins, a qual se tenta transcrever: *"Boa noite a todos. Eu tinha aqui uma, portanto, para esclarecimento, eu posso dizer que sou uma pessoa com a quarta classe. Qualquer erro que eu possa cometer ao falar, peço que me desculpem, mas sou uma pessoa iletrada. É o seguinte. Eu, se calhar, fazia um bocadinho de história do que é que foi esta guerra por causa das urgências. Quando da primeira vez foi feita uma vigília aqui na Anadia, as pessoas que estavam presentes, e a organização, foi apelida de uns manifestantes arruaceiros e não sei quê e não sei que mais. Mais tarde, houve pessoas que se juntaram a esse movimento e colaboraram activamente para que esse movimento, enfim, fizesse eco, a nível nacional, do mal que estava a ser cometido ao encerrarem as nossas urgências. É claro que, com a evolução das lutas, das guerras, que se fizeram, chegou-se a um ponto em que apareciam, apareceu um protocolo, um dito protocolo. E eu gostava de questionar o Senhor Presidente da Câmara o seguinte: esse protocolo alguma vez foi apresentado ao Presidente da Assembleia Municipal e aos Senhores Deputados e aos Senhores aqui presentes, portanto, membros da Assembleia? Primeira pergunta. A segunda pergunta, era que, de facto, poderá não ser uma pergunta mas, enfim, uma observação. A nível governamental, e a nível desse documento que o Senhor leu, o Senhor disse que os membros do Governo nunca se enganam. Eles nunca se enganam. Eles são os todos poderosos, sabem tudo e nunca se enganam. Nunca mentem. O Senhor Ministro das Obras Públicas "jamais", não mente; o Senhor Primeiro-ministro, nas pirites alentejanas, "... não senhor, temos ali uma coisa e tal...". Portanto, nós fazemos eco, e eu faço eco e a minha preocupação é esta: será que isso que aí está escrito também não será uma mentira? Será que nós vamos acreditar naquilo que hoje os políticos dizem e amanhã dizem: Bem, não foi bem assim, porque tem mais uma vírgula, tem mais uma abertura e, se calhar, interpretaram mal. É capaz de não ser bem assim. Penso que, aquilo que eu queria dizer é que sinto muito incómodo por não ter as urgências abertas, ou seja, a permanência de um médico lá em cima no Hospital. E porquê? Porque não é, por se eu partir uma perna, é evidente que aparece logo a abelhinha para me levar para Coimbra. Isso aparece logo. Mas, se eu tiver uma má disposição, se for à meia-noite e dez, terei que aguentar essa má disposição até ao outro dia, ou, então, terei que pegar no, de tirar os cordões ao bolso e pagar. Mas como eu sou uma pessoa que não sou assim muito abonada, se calhar, ao outro dia estarei esticado. Não sei. Em relação às minhas perguntas, eram estas, e pretendia que o Senhor Presidente informasse sobre isso. Obrigado."* -----

----- Concluída a intervenção do cidadão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu nota que a Mesa tinha deliberado prorrogar por mais trinta minutos o período de intervenção do público, uma vez esgotada a primeira parte, tendo passado, de imediato, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecer o cidadão que tinha acabado de intervir. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que o protocolo tinha sido apresentado ao Executivo Municipal, porque é a quem este tipo de protocolos deve ser apresentados, o qual informou ter sido recusado pelo Executivo, tendo esse órgão tentado



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

elaborar um protocolo alternativo, na base do que tinha sido apresentado, mas com as adendas que o Executivo Municipal, em consenso, tentou encontrar, e que foi remetido à Senhora Ministra. Esclareceu, ainda, ser esse protocolo que previa exactamente a manutenção de um médico durante a noite, porque a proposta de protocolo do Ministério visava, sempre, um período de oito horas de encerramento, e o Executivo nesse protocolo, cuja cópia disse poder ser facultada noutra altura, na medida em que não considerava o assunto encerrado. Entretanto, esclareceu, também, não ter dito que eles nunca se enganavam, até porque nunca se responsabiliza pela atitude dos outros, mas ter dito sim, ou pretender dizer, que acreditava nas pessoas, como continuava a ter essa máxima. Até porque, referiu que quando perder o crédito nessas pessoas, actuará em função das suas possibilidades, da sua postura. Portanto, concluiu que, ou da parte do cidadão, ou da sua própria, tinha havido qualquer lapso de linguagem. -----

----- Acrescentou, ainda, não ter sido apresentado o protocolo à Assembleia Municipal, mas lembrou existir um compromisso da Câmara Municipal, que já tinha frisado, para que logo que houvesse um protocolo em condições de ser assinado, de ser apresentado à Assembleia Municipal. Relembrou, também, que a Câmara Municipal ainda não tinha assinado qualquer protocolo, talvez para satisfação de uns e insatisfação de outros, porque, na verdade, o Executivo Municipal tinha entendido ser lesado, não em função da consulta aberta ser um produto bem aceite, mas em relação aos outros Hospitais vizinhos, nomeadamente ao de Águeda, que não reúne as condições que o de Anadia reúne, e, nessa medida, disse que continuaria a pugnar, a tentar defender acerrimamente as maiores valências, a melhor utilização do Hospital de Anadia, onde efectivamente os doentes do Município de Anadia, pelo menos os residentes, tenham o atendimento que se deseja o mais próximo possível deles próprios. Concluiu ser essa a sua visão, ser essa a sua luta e afirmou que podiam contar com ele para essa luta. No entanto, não deixou de evidenciar o facto de haver lutas em que o adversário é desigual, para maior, mais potente, outras vezes, até, mais prepotente, mas há que saber jogar essa luta, tentar ganhá-la. Referiu tratar-se de um desafio difícil, que precisa de muita gente, alertando para o facto de muitas vezes o desânimo, nestas situações, funcionar contra a razão, contra a verdade dos factos. -----

----- Decorrido o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para também ele esclarecer os Senhores Deputados Municipais, porque via alguma vontade para intervir, recordando estarem em pleno período de intervenção do público, pelo que, a quem cabia dar as respostas aos intervenientes era ao Senhor Presidente da Câmara, se assim o entendesse. Acrescentou, então, que na discussão do primeiro ponto da ordem do dia, coincidente com o assunto que estava, entretanto, a ser discutido, os Senhores Deputados poderiam fazer as suas intervenções à vontade. -----

----- De imediato, voltou a conceder a palavra ao cidadão José Paixão Correia, que concluiu a intervenção que a seguir se tenta transcrever: *“Não tenho muitas mais perguntas para fazer, mas só dizer o seguinte. E até pegando em alguns ditados populares, costuma-se dizer que gato*



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*escaldado de água fria tem medo. E se essa resposta que a ARS mandou para aqui em resposta a afirmações minhas para a comunicação social, curiosamente, deve ser uma resposta idêntica que fizeram em dois mil e cinco, quando foram, quando a malta começou a falar do encerramento da urgência aqui do Hospital de Anadia. Portanto, já nessa altura também diziam que não ia acontecer nada. Mas, agora, em dois mil e oito, a realidade é que a urgência está fechada. Agora, como sou gato escaldado, portanto e agora também está frio, é natural que tenha medo, ou tenha algum receio da água fria, porque até nem dá jeito. E, depois, também é uma questão de olhar um pouco para trás. Já o Mota falou aqui na questão de Sangalhos. Eu, se calhar, concretizava um bocadinho mais. É que quando encerraram, ou reduziram, quando reduziram o tempo de funcionamento do SAP em Sangalhos, um argumento estrondoso que arranjaram é que estava uma urgência a três quilómetros de distância. Para depois dois anos depois fecharem a urgência. Então, afinal, qual é o argumento para o resto? Agora, Senhor Presidente. Eu também gosto de confiar nas pessoas. Agora, também tanto, não me deram, não me pediram, aliás, por aquilo que têm feito, não posso dar cheques em branco. E mais vale garantir o pássaro que está a voar do que estarmos à espera de apanhar os dois que andam para aí às voltas. Vamos mas é agarrar aquilo que temos e evitar que os outros, que a gente os outros podemos não conseguir apanhar. Em relação a estas guerras, eu também aqui, se calhar, um pouco biblicamente, diria que David derrotou o Golias, e o Golias também era um gajo super poderoso, lá de cima do seu sétimo andar olhava cá para baixo, mas lixou-se. O Napoleão também quando passou aqui por perto também levou no nariz. Portanto, isto aqui é uma zona muito perigosa e nós também não estamos a pedir nada de mais. Nós só queremos a presença do Dr. Magalhães e do Enfermeiro Magalhães entre a meia-noite e as oito horas da manhã, não estamos a pedir rigorosamente nada. Não estamos a pedir milhões para o BPN, não estamos a pedir celulares, cartões de crédito, (...) e coisas assim do género. Não estamos a pedir nada disso. Só queremos o Dr. Magalhães e o Enfermeiro Magalhães, uma coisa simples, simples, simples, simples, simples." -----*

----- Para responder ao cidadão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por dar razão ao cidadão na questão de Sangalhos, quando disse que seria reduzido o horário porque tinha uma urgência em Anadia. Quanto à luta, voltou a dizer tratar-se de uma luta muito desigual, acrescentando, no entanto, que o facto de ser desigual não inviabilizava que fosse travada. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao cidadão João Tiago Castelo Branco, que acrescentou, à sua primeira intervenção, o seguinte que se tenta transcrever: "Ó Senhor Presidente. Ó Senhor Presidente, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Anadia. Como o Senhor sabe, qualquer pessoa se pode vir aqui expressar, não é? É uma Assembleia Municipal aberta ao público. As pessoas podem falar em Anadia, ainda. Não chegámos à Madeira, pois não? Até porque, para isso, então não, também não deixava falar aqui o nosso companheiro Paixão, porque tinha um representante que é o Senhor João Morais para falar. Não é, Senhor Presidente? Por amor de



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Deus. Não vamos entrar por aí, pois não? Portanto, relativamente ao ... Ria-se, ria-se, que eu também me rio no fim. E o último a rir é o que ri melhor. Mas, entrando no que interessa, não sou eu que digo que as consultas abertas são ilegais, é a Federação Nacional dos Médicos, Senhor Presidente. Está aqui. Se quiser ler, eu dou-lhe. A Federação Nacional do Médicos é que vem dizer que as consultas abertas são uns SAP travestidos. São SAP travestidos. E são, efectivamente, são. Tanto o de Cantanhede como o de Anadia. Isso é tapar o sol com a peneira, e é isso que eu estou aqui a dizer a todas as pessoas, que a consulta aberta é tapar o sol com a peneira. Nós merecemos mais e nós podemos ter mais e vamos ter mais. Se há populações em Vilarinho do Bairro que não se podem deslocar a Anadia, ou a Coimbra, porque é que não há-de lá estar um médico, se for preciso para situações incómodas durante a noite. Porque é que não há-de estar? Está lá um Centro de Saúde. Nós temos que exigir muito, para termos mais ou menos, porque, se não, se exigimos pouco não temos nada, meus Senhores. Podem ter a certeza disso. Porque isto está tudo ilegal desde o início. Eu vou citar aqui, o que está aqui a dizer, contrariando todas as orientações políticas e técnicas, incluindo as da MCSP, a legislação em vigor e renegando as suas responsabilidades e deveres na reforma em curso dos cuidados de saúde primários. Não sou eu que digo, Senhor Presidente. Eu fiz o trabalho de casa, graças a Deus. E é isso que eu peço ao Senhor Presidente também para fazer. Faça o trabalho de casa e elucide esta gente que precisa de si e que o pôs aí onde está agora. Muito obrigado." -----*

----- Decorrida a intervenção do cidadão João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aclarou o Plenário sobre o que o cidadão tinha dito e, tentando esclarecer da forma mais apolítica possível, referiu não existir no ordenamento jurídico de saúde nada que se refira a consulta aberta ou consulta não programada para casos agudos, concluindo pensar que, na prática, tinha sido isso que a Federação e o cidadão tinham querido transmitir, o que não implicava, no entanto, que tal estivesse no terreno. Mas, quanto a isso, disse que cada um daria o entendimento jurídico que quisesse. O que era facto era que não constava do ordenamento jurídico relacionado com saúde, a existência dessa tipologia destinada a esses casos concretos. De imediato, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao cidadão. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que não responderia sobre o problema das consultas, de todas essas ilegalidades, porque, e voltou a referir, considerava tratar-se de conceitos que sabiam algo que era permitido ao Governo e à Assembleia da República, que era propor leis, fazer leis, aprovar leis, concluindo que se tudo estivesse assim tão mal como parecia, naturalmente que já estaria tudo resolvido, já estaria tudo devidamente esclarecido, tendo afirmado que, naquele momento, não discutiria mais o problema das urgências. No seguimento da intervenção do cidadão, afirmou que se tivesse a convicção de que o trabalho do cidadão seria de tal maneira profícuo que Anadia teria a consulta aberta, assim como tinha andado ao lado do Senhor Paixão, também estaria disponível para andar ao seu lado, por não ter qualquer problema em lidar com os que se lhe opunham nas ideias e por a sua intenção ser, mesmo, coabitar, lado a lado, com aqueles que discordavam de si. Sobre o que o





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cidadão tinha dito - que não está na Madeira - afirmou, claramente, que não estava, que estava em Anadia e recomendou-lhe que o Plenário deveria ser para discutir assuntos de interesse exactamente de Anadia, como era o caso das urgências, e não para, num aproveitamento claro de certos títulos, de forma indirecta, fazer ataques ao Governo, até porque ele não era Governo e, também, porque não era momento para atacar.

----- Acrescentou, ainda, que o cidadão não deveria fugir ao tema, deveria escarpelizá-lo ao máximo, de tal maneira que fizesse convencer as pessoas da necessidade de estar no terreno, de lutar, porque de outra forma não conseguirão. Reconhecendo o direito que a todos assistia de expressar a sua opinião, um direito que até tinha sido recentemente reforçado na correcção, para melhor, que o Regimento da Assembleia tinha sofrido, direito que poderia ser também exercido na comunicação social, pediu, para concluir, que cada um, no entanto, assumisse a responsabilidade pelas suas afirmações. -----

----- Também para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão Joaquim Alfredo Pereira Mota, que concretizou o que se tenta transcrever: *"Ora. Eu só queria chamar aqui uma atenção. Aquilo que eu vou dizer é um pouco irónico, não quero que levem a mal, mas, por acaso, até vem a calhar. Nós temos conhecimento que os Senhores Deputados do PS, se o Senhor Presidente da Câmara dissesse que sim, que ia assinar o protocolo, até faziam o favor de o levar ao colo. Olhe, eu por acaso dou-lhe um conselho: peça-lhe para eles falarem em Lisboa por causa do PDM, já que eles têm lá tantos conhecimentos e dão-se bem com aquela gente, pode ser que o levem ao colo e aquilo fique aprovado de uma vez por todas e evitamos dos Senhores Deputados virem para os jornais dizer que o Senhor Presidente não informa sobre o PDM, pa... pa... pa... pa... porque eu leio jornais e vejo as entrevistas que os Senhores dão aos jornais, onde falam que o Senhor não comunica nada o que se passa no PDM e que nhanhanham, nhanhanham... Ah, olhe, é uma boa oportunidade para o levarem lá a Lisboa e pode ser que aquilo fique aprovado de uma vez só. Obrigada e é tudo."* -----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que o cidadão tinha fugido de tal maneira ao tema que demonstrava exactamente o que tinha acabado de dizer: em Anadia pode-se falar, e até se mistura saúde com PDM, o que concluiu ser óptimo, e ser assim, Anadia. Disse, ainda, que não aplaudia o cidadão porque, como compreendia, ficar-lhe-ia mal, mas declarou concordar inteiramente. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que os cidadãos podem falar de qualquer tema, e de quantos entenderem na sua intervenção, desde que com respeito, até porque o RAMA não é limitativo quanto a essa matéria. Concedeu, de imediato, a palavra à cidadã Maria do Céu Castelo Branco para uma segunda intervenção, que se tenta transcrever: *"Eu gostaria só de fazer um aparte. Eu penso que aquilo que tem, aliás pelo que ouvi de praticamente todos os intervenientes, fizeram um paralelismo entre aquilo que está a acontecer em Anadia e o restante do País, porque efectivamente talvez pelo receio de que*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*venha a acontecer em Anadia, com esta carta que foi enviada pela ARS do Centro, aquilo que tem acontecido anteriormente e que nós vimos que está a acontecer e que se está a generalizar em muitas situações. Penso que ninguém quer vir para aqui discutir, de facto, os problemas do País. É, somente, um paralelismo. E, aliás, penso que fizemos todos, portanto, não, é só isso. Por outro lado, eu gostaria de pedir desculpa quando generalizei aquilo que disse relativamente aos Deputados Municipais. Lamento, Dr. Lino Pintado, mas estava-me a referir a si porque parece mal, de facto, uma pessoa estar a intervir e abanar a cabeça e sorrir-se quando a pessoa está a conversar. Peço-lhe desculpa, mas foi directamente e só quero pedir desculpa aos restantes, porque poderá parecer que foi para todos, e não foi. Peço desculpa, portanto.” -----*

----- Decorrida a intervenção da cidadã, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o Senhor Vereador tinha pedido a palavra, mas que na altura em que se encontravam não teria essa possibilidade, porque o RAMA assim o determinava e não poderiam evocar as Leis quando dão jeito e quando não dão, querer utilizá-las. Acrescentou, ainda, que não gostaria de “repegar” em discussões anteriores, até porque a cidadã não tinha sido ofensiva. Em qualquer dos casos, e tentando ser o mais idóneo possível, referiu que, podendo a cidadã não concordar com o abanar ou com o aceno de cabeça, se tratava de um direito que assistia à pessoa, podendo a cidadã criticar e achar que era errado, mas assistia o direito total ao Senhor Vereador, ou a qualquer Deputado Municipal, porque com isso não havia qualquer ofensa. Independentemente disso, disse não ver razão para o Senhor Vereador intervir, até porque o RAMA não o permitia, naquela fase, e porque não tinha sido, sequer, ofensiva. -----

----- De imediato, concedeu a palavra ao cidadão António Conceição Martins para a segunda intervenção, a qual se tenta transcrever: *“Eu queria fazer uma, a minha intervenção, a minha segunda intervenção, directamente ao Senhor Presidente. É que eu perguntei, na altura, quando veio o protocolo, quando foi entregue o protocolo, o primeiro protocolo, se é que há segundo, que eu não sei, mas quando foi entregue o primeiro protocolo, eu perguntei ao Senhor Presidente se tinha sido distribuído ao Senhor Presidente da Assembleia e aos Deputados. Eu não perguntei se tinha sido discutido na Câmara. A discussão na Câmara é no gabinete ou nos gabinetes. A discussão do protocolo é feita com a Assembleia, é feita com os Deputados, é feita com as pessoas de direito. Era isso que eu tinha para, que eu estava há bocado a dizer que não tinha respondido. A outra questão, é o seguinte: é que, quando se diz que nós que não temos força, que o Governo tem o poder e não sei quê. O Governo tem o poder, mas nós temos a força. Fomos nós que os pusemos lá, mas nós também os tiramos de lá. O Senhor recorda-se que o Senhor Ex-Ministro Correia de Campos saiu de lá por problemas pessoais. Não foi bem assim. Se calhar, foi pelas vinte e sete manifestações que nós fizemos e pelo desgaste que o Governo estava a ter. Se for necessário, nós voltamos a fazer o mesmo. Só que era necessário, e é necessário, é que haja a unidade que existia naquela altura, porque o protocolo, nós não temos, eu não tenho conhecimento do conteúdo do protocolo. Há muita gente que não tem conhecimento do conteúdo do protocolo, porque se calhar estará no segredo dos Deuses. E nunca se sabe se aquilo conforme disse o Paixão, aquilo que eles prometem hoje, se esquecem*



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*de fazer amanhã. E, então, para nós termos conhecimento daquilo que se está a passar, seria bom que o Senhor Presidente me esclarecesse. É só. Obrigado.* -----

----- Para responder ao cidadão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por recordar que tinha explicado ao cidadão que aquele tipo de protocolo, de acordo com a Lei, não tinha de ser apresentado a qualquer Assembleia Municipal e que ele próprio é que se tinha comprometido, caso venha a ser apresentado o novo protocolo, que depois de ser discutido na Câmara Municipal, o apresentaria à Assembleia Municipal. Entretanto, esclareceu que a Câmara Municipal tem uma sala de reuniões, onde reúne um colégio de sete elementos, que decide e discute e, sendo um assunto da competência da Câmara Municipal, esta tinha-a exercido, tendo decido não aceitar o protocolo. Acrescentou, ainda, que até à data em que se encontravam não tinha sido proposto qualquer protocolo que tenha acolhido a aprovação da Câmara Municipal, e que, quando o protocolo aparecer, também porque é compromisso seu, depois de ser presente ao Executivo Municipal, será conseqüentemente presente à Assembleia Municipal. -----

----- Decorrida a explicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal à última intervenção de um elemento do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de intervenção do público e entrou, de imediato, no período da ordem do dia, tendo passado a apresentar o ponto um da mesma: *"Análise da situação em que se encontra actualmente o Hospital José Luciano de Castro de Anadia, considerando a decisão judicial de indeferimento da Providência Cautelar requerida pelo Município de Anadia contra o Ministério da Saúde no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, e considerando também a deliberação da Câmara Municipal de Anadia de não recorrer do referido indeferimento, de acordo com o estabelecido na alínea n) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)".* -----

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu nota de que, de facto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe tinha solicitado o agendamento de um ponto, invocando, na altura, o RAMA para esse efeito. Contudo, esclareceu que olhando para a deliberação da Câmara Municipal, o que a mesma referia era que a decisão do Tribunal fosse remetida à Assembleia Municipal, ou seja, em concreto, não tinha sido deliberado, na reunião da Câmara Municipal, que este ponto fosse inscrito, ou que fosse enviado para inscrição na Assembleia Municipal. Em qualquer dos casos, disse ter transmitido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que achava, obviamente, de bastante importância, que o ponto deveria ser discutido. No entanto, informou ter sido entendimento da Mesa que não deveria ser unicamente e exclusivamente tratada só a questão da deliberação da Câmara Municipal de não recorrer do indeferimento, ou seja, que o momento fosse aproveitado pelos Senhores Deputados Municipais, dos vários Grupos Municipais, para discutir essa decisão, mas, também, outros aspectos que estivessem ligados a toda a questão, nomeadamente, a situação em que se encontra, actualmente, o Hospital. Disse terem, assim,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um ponto mais aberto, que permitia, e a ideia tinha sido sempre essa, que a situação do Hospital pudesse ser discutida abertamente. -----

----- De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução do ponto. O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por confirmar o facto da Câmara Municipal de Anadia ter recebido uma notificação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, não dando provimento à providência cautelar interposta pelo Município de Anadia, invocando, em especial, factores de ordem técnica. E confirmou, também, que o Executivo, depois de lido o acórdão, com toda a documentação anexa que tinha sido recebida, e depois de contactados os advogados do Município, tinha chegado à conclusão de que não deveria andar a trabalhar num problema cuja decisão se iria repetir e, depois, já não se trataria de renovar a providência cautelar, mas de avançar com uma acção principal, no sentido de fazer vingar os pretensos direitos do Município. Recordando como funcionam os Tribunais, disse que, como o processo seria resolvido à *"la longue"*, por ser muito complicado, e o Executivo podia chegar à conclusão que continuaria em luta jurídica pela manutenção das urgências, quando, na verdade, o Hospital já não as tinha, tinha tomado a decisão de não recorrer, entendendo que a sua luta deveria privilegiar o diálogo, a reivindicação, naturalmente, propondo, com o objectivo de alcançar, mais rapidamente, uma solução que, pelo menos não sendo total, minorará, por certo, o que ainda se passa de insuficiente na questão da funcionalidade que o Hospital pode dar à comunidade Anadiense. Esclareceu, por fim, que a decisão do Tribunal era fundamentada de forma quase impossível, ou sem hipótese de ganhar qualquer recurso, pelo que o Executivo tinha decidido, por unanimidade, não recorrer. -----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Fernando Morais da Silva (PSD) que começou por dizer que lhe parecia que ninguém tinha dúvidas sobre a união do concelho na defesa dos interesses do Hospital de Anadia. Entretanto, constatou que ao ler o despacho do Tribunal de Viseu tinha reparado num ponto, que era a alínea f), alínea essa onde se lia o seguinte: *"O Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, por deliberação de vinte de Dezembro de dois mil e sete, e na sequência da audição formal do Conselho de Administração do Hospital José Luciano de Castro, propôs ao Ministro da Saúde o seguinte: um – a alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Anadia a partir do dia dois de Janeiro de dois mil e oito, inclusive, que passa a funcionar de segunda a sexta-feira, das oito horas às vinte, cessando, na mesma data, a actividade da consulta de reforço realizada na extensão de Sangalhos e a actividade do serviço de urgência do Hospital de Anadia"*. Ora, parecendo-lhe tal disposição comprometedora, disse que gostaria de saber quem tinha participado naquela reunião e qual tinha sido a posição daqueles Senhores que nada representavam. Perguntou, também, quem de Sangalhos lhes tinha passado procuração para eles decidirem, se é que assim tinha acontecido, porque não tinha certezas, na medida em que isso tinha valido ao Tribunal Administrativo também como fundamento para a recusa de privar Sangalhos de uma consulta extra. Após o que informou que, actualmente, em Sangalhos, os utentes só conseguiam marcar uma consulta



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com um mês de antecedência, vendo-se obrigados a saber que daí a trinta dias iriam ficar doentes. Por consequência, constatou que ao longo de todo o processo não via nada que desse substância, que defendesse, que situasse as distâncias do concelho, parecendo-lhe que algo tinha funcionado mal e que, entretanto, era preciso saber quem tinham sido os autores, porque a população de Sangalhos não tinha passado procuração a ninguém para eliminar a consulta extra em Sangalhos, que bastante falta lhes faz, que não seria impeditiva que Anadia tivesse a sua e que muito justamente até tivesse as suas urgências. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS). Depois de cumprimentar os presentes, saudou a população presente, que reconheceu estar, naturalmente, preocupada com os serviços de saúde prestados no Hospital de Anadia, uma preocupação com a qual disse estar o GM do PS solidarizado. Lamentou, porém, que muitos dos populares tivessem vindo à sessão da Assembleia Municipal ao engano, atraídos pela primeira página de um jornal que era pura e simplesmente um boato sem qualquer fundamento. Referiu, assim, tratar-se de algo que não era sério, que não era digno, e de algo que não se fazia, mas que já tinha o desmentido veemente da Administração Regional de Saúde do Centro de que a notícia não tinha qualquer fundamento. Referiu, entretanto, que algumas forças políticas vivem do protesto, dizem mal de tudo o que mexe, são profissionais do protesto, não deixando de reconhecer, no entanto, que o protesto é livre, é legítimo, é útil. Mas também não deixou, por outro lado, de destacar que o que não era legítimo e não era aceitável, era que esse protesto fosse baseado na mentira e no boato e adiantou, mesmo, não ser aceitável explorar os sentimentos da população à volta de um problema tão melindroso como era o da saúde. Garantiu, ainda, que esses boatos não faziam bem e não beneficiavam o concelho de Anadia, tendo aproveitado para reafirmar a posição do Partido Socialista que disse vinha sendo transmitida pelos jornais, mas, também, nas diversas intervenções dos seus Deputados na Assembleia Municipal. -----

----- Passou, então, a esclarecer que desde o início que o GM do PS vinha comungando e partilhando da preocupação de todos os munícipes relativamente ao problema das urgências, tendo estabelecido todos os contactos que puderam estabelecer no Ministério da Saúde, mensagens, incluindo com o próprio Ministro. Também ao nível do Partido Socialista em Aveiro, informou terem havido contactos importantes e que também tiveram o seu efeito. E para que não dissessem haver qualquer perseguição ao concelho de Anadia por ser governado pelo PSD, lembrou da existência de outros concelhos do distrito de Aveiro, como Estarreja - que por sinal é governado pelo PSD - e outros governados pelo PS, como Ovar, Espinho, que são cidades maiores ainda do que Anadia e podia dizer que tinham muito mais influência política do que Anadia. Até porque disse não se tratar disso, e não fazer qualquer sentido afirmar-se da existência de uma perseguição a Anadia, lembrando que, inclusivamente há uma ou duas semanas, o caso de Vila do Conde, cujo Presidente da Câmara tem uma grande influência dentro do PS, e que até foi Presidente da Associação de Municípios Portugueses durante muito tempo. Continuando, informou que uma linha reformista do Governo lhes tem garantido de que



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poderia haver utilização dos recursos de uma outra maneira, por forma a obter melhores resultados, e que se tornava mesmo necessário o Governo reformar muitas coisas, porque o País precisa de um Governo que reforme e que, com os mesmos recursos, consiga obter melhores resultados, porque o País, em muitos sectores, mostra que não rende tanto como outros, e por isso, muitos se queixam que os outros vão à frente e Portugal fica para trás. Adiantou, mesmo, que o País necessita de Governos que reformem, e que o Governo que se encontrava no poder era um caso, pelo que o GM do PS estava confiante na garantia que o Governo repetidamente vem fazendo de que vai haver mudanças, mas que a população ficará melhor. -----

----- Lembrando que alguns dos receios de há um ano atrás efectivamente não se tinham confirmado, e sabendo que uma grande parte da população aceita os serviços que entretanto têm sido introduzidos no Hospital de Anadia, lembrou que o GM do PS, numa questão tão sensível, como a saúde, sempre manifestou o seu apoio ao Presidente da Câmara, porquanto a responsabilidade da negociação perante o Ministério da Saúde era do Senhor Presidente da Câmara, esquecendo as divergências e críticas manifestadas relativamente a outros pontos, e que inclusivamente tinham feito questão de apresentar um concelho unido. Lembrou, ainda, que as negociações tinham chegado a um protocolo que, embora não pudessem dizer que é perfeito, pensavam já ser aceitável por ter já algumas melhorias que, inclusivamente eram reconhecidas pela população. Acrescentou, também, que na última sessão da Assembleia Municipal em que o assunto tinha sido debatido, o GM do PS tinha feito um apelo ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao protocolo que o Senhor Presidente da Câmara diz que não assina, que era, de resto, a posição do PS do concelho de Anadia, no sentido do Senhor Presidente da Câmara ter uma atitude de cooperação com o Ministério da Saúde e não uma atitude de oposição sistemática. Reconhecendo que o Senhor Presidente da Câmara era uma pessoa razoável, como ainda na presente sessão tinha manifestado nas suas posições, disse pensarem que uma atitude de cooperação era mais importante, mais benéfica e mais útil para o concelho de Anadia, e para o futuro do Hospital, do que uma atitude de oposição sistemática. Até porque, declarou que tinham de ser inteligentes, porquanto se verificava existirem outros concelhos que queriam conquistar a posição que Anadia tinha, em termos de Hospital e, nessa medida, não podiam ser ingénuos ao ponto de só protestar. Deveriam estar lá dentro, cooperar, independentemente de continuar a lutar pelas melhorias no protocolo relativamente àquilo que Anadia poderia ter, no âmbito do processo de mudanças que se encontrava em curso no Hospital de Anadia. Concluiu ser essa atitude de responsabilidade e de muita inteligência que o GM do PS tem vindo a aconselhar e a recomendar ao Senhor Presidente da Câmara, a quem, até então, vinham dando o seu apoio nas negociações para tentar obter tudo aquilo que puder de melhor para o concelho de Anadia.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU). O Senhor Deputado começou por demonstrar alguma tristeza ao ouvir um comissário político do Governo



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

afirmar que aquilo que vem na comunicação social é falso, mas, por outro lado, disse manter umas luzes de esperança e mesmo ficar mais animado com o comunicado da ARS Centro, de que a consulta aberta não ia encerrar. Numa pequena retrospectiva aos seus três anos como Deputado Municipal, constatou que o PS, como Governo, depois que tomou posse, tinha feito era encerrar o serviço de urgência do Centro de Saúde de Sangalhos e manter uma consulta aberta, alegando ser por tempo ilimitado, decisão essa que tinha sido tomada numa reunião havida entre membros do Partido Socialista e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, que rematou que poderia confirmar se o que estava a dizer era verdade ou não. Entretanto, deu a conhecer ao Plenário que, ao fim de um ano, essa consulta aberta em Sangalhos tinha acabado, como poderiam constatar pelo relatório da ARS Centro, tendo sido mesmo esse um dos pontos que tinha estado na base da decisão do Juiz de Viseu para determinar o encerramento das urgências do Hospital de Anadia. E acrescentou que o Juiz dito, ainda, nesse relatório, que o Hospital de Anadia apenas servia, por vezes, um doente por noite, o que levou a declarar tratar-se de um relatório falso, mentiroso, porque os comissários políticos do Governo mentiam. E disse mentirem porque, aquando da realização de uma festa numa das freguesias do concelho, o serviço de urgências tinha salvo algumas vidas a alguns que presenciavam essa festa. -----

----- Entretanto, referiu que o que o que levava a acreditar na notícia, porque tinha dito um cidadão *"gato escaldado de água fria tem medo"*, era um relatório recente, com números do Governo, que previa, em dois mil e oito, um aumento da despesa no Ministério da Saúde em cinquenta e um mil e setecentos milhões de euros, para dois mil e nove um aumento de mais de dez milhões de euros, e de dois mil e dez até dois mil e dezoito, era previsto um aumento de noventa e oito milhões de euros. E disse ser esse relatório que o levava a pensar e a ter alguma preocupação, porquanto o Governo, com todo esse aumento de despesas, iria ter de reduzir serviços e encerrá-los. O Governo, que lembrou ter-se preocupado em pôr oitocentos milhões de euros no BPN para pagar erros cometidos; o Governo que nacionalizou o BPN, mas que, em sua opinião, deveria nacionalizar as empresas que faliram o BPN, o Grupo das Empresas Privadas do BPN, e que inclusivamente na área da saúde não foram nacionalizadas, tendo, no entanto, parte desse dinheiro tido destino para essas empresas de saúde; o Governo que continua a explorar o povo português. Aí, disse residir a sua preocupação, porque todos os contribuintes do País iriam pagar a injeção de oitocentos milhões - que não salva o Banco - por um erro cometido pelo Governo e, como se não chegasse terem de pagar, ainda veriam encerrados serviços públicos, inclusivamente na área da saúde. -----

----- Continuando, referiu que a notícia tinha um *"pé de verdade"*. Entretanto, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, uma vez que no primeiro protocolo o Senhor Ministro da Saúde, Correia de Campos, dizia, no oitavo ponto: *"No cumprimento do presente protocolo nos seus deveres de diversos domínios, será feita uma avaliação semestral entre a Administração Regional de Saúde do Centro e o Município de Anadia"*, se nos dez meses decorridos, o Senhor Presidente tinha prestado qualquer informação à Assembleia Municipal



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre essas reuniões. Passando a responder ao GM do Partido Socialista, recordou que no dia três de Dezembro de dois mil e sete, em reunião de Câmara, os dois Vereadores representantes do Partido Socialista tinham informado o Senhor Presidente da Câmara que eram contra o encerramento das urgências e que eram a favor de um Hospital público no concelho de Anadia, em detrimento da pretensão do concelho de Águeda. Entretanto, constatou que o que se tinha vindo a verificar era que Águeda se encontra a trabalhar para a construção de um Hospital e Anadia perdeu o seu. Mas acrescentou, ainda, em relação a Águeda, que o que verificavam nesse mesmo protocolo da ARSC era que os doentes do concelho de Anadia seriam transportados para o Hospital da Universidade de Coimbra, ou para o Hospital Infante D. Pedro, de Aveiro, o que lamentou não se estar a verificar, porque muitos dos doentes de Anadia estavam a ser transportados para o Hospital de Águeda, contribuindo para que Águeda tenha mais serviços para poder justificar a referida construção do Hospital. -----

----- Em relação à providência cautelar, na qual o Juiz de Viseu alegou que o Hospital de Anadia não tinha a certificação de Manchester, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se era verdade o Hospital de Anadia estar certificado, porque, senão, estavam a mentir à população. Quanto às urgências, declarou que a sua posição, assim como a posição do Movimento do concelho de Anadia, era no sentido de defenderem a manutenção e continuação do Hospital de Anadia aberto, com urgências. E lembrou ter sido essa a posição que o Senhor Presidente da Câmara tomou, nas diversas manifestações, depois de ter criticado e denunciado publicamente que o Movimento era uma correia de transmissão de um Partido Político, numa clara ofensa àqueles que, sendo Anadienses, lutaram pela unidade e pela defesa do seu Hospital – *“isso é grave”*. Mais, lembrou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha saltado para cima de uma carrinha, dizendo que se o Senhor Ministro Correia de Campos e o Governo não sabiam governar, que viessem a Anadia que os ensinava. Portanto, confessou ser com alguma tristeza e alguma mágoa que sentia o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no momento, defender o Governo. -----

----- Não deixou, também, de fazer referência a uma notícia da autoria de um Senhor Deputado, que tinha sido publicada nos jornais regionais, em que ele acatava todos os Deputados, inclusivamente o Senhor Presidente da Câmara e os Presidente de Junta de Freguesia, nomeadamente o Presidente de uma Junta que concorreu pelo Partido que esse Deputado defende, chamando-lhes inocentes. Perante isso, perguntou: *“será que um Presidente de Junta, eleito pela sua população, não tem o direito e o dever de defender a sua freguesia? Se esse mesmo Deputado trouxe uma manifestação a esta Assembleia Municipal em defesa de uma Carta Educativa, nessa altura não era inocente? Não estava a mentir à população?”* Antes de concluir, disse pensar que a população, quando o tinha escolhido para defender o concelho de Anadia, era para defender todos, lembrando uma citação de um velho advogado do concelho: *“a unidade dos Anadienses é importante para a defesa do nosso Hospital”*. Terminou, deixando a pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, se tinha ou não havido alguma avaliação no serviço da consulta aberta em defesa da população. -----





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ainda que reconhecendo a forma inflamada e sentida que costuma caracterizar as intervenções perpetradas pelo Senhor Deputado João Morais (CDU), pediu algum cuidado para não serem utilizadas expressões que possam ferir susceptibilidades de certos GM ou Deputados Municipais. E como tinha sentido, por uma reacção imediata do GM do PS, de que este não teria gostado de uma expressão utilizada pelo Senhor Deputado, reforçou esse pedido de algum cuidado e concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para fazer uso do direito de resposta. -----

----- No uso da palavra, o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) referiu ser muito raro, na sua prática de intervenções na Assembleia Municipal, que tivesse havido interpelações pessoais e críticas pessoais de uns Deputados para os outros, e que só uma vez mesmo tinha acontecido, precisamente com o Senhor Deputado João Morais (CDU), quando fez a insinuação, do tipo de outra que o Senhor Mota tinha feito, de que os Deputados do PS eram muito ricos, que iam para os privados, entre outras coisas. Mostrando-se sentido com o que o Senhor Deputado João Morais (CDU) tinha dito, referiu que a Assembleia era local para fazer críticas políticas e não devia haver referências pessoais, porque ninguém tinha nada com a vida das pessoas, e reconheceu que o Senhor Deputado João Morais (CDU) lhe tinha pedido desculpa, que evidentemente aceitou. No entanto, disse ser já a segunda vez que tal se passava, e aproveitou para responder ao munícipe, exactamente por uma questão de pedagogia, que disse vir a propósito, esclarecendo que na Assembleia não eram feitas críticas pessoais, a não ser quando as pessoas perdiam o controlo, como tinha acontecido. Esclareceu, ainda, que os Deputados do PS faziam críticas políticas, o melhor que sabiam e que o cidadão nada tinha a ver com a sua vida, não sabia se era rico, ou pobre, não tinha nada com isso, e que nem ele sabia nada da vida do cidadão. Disse que o munícipe podia fazer, sim, críticas políticas que ele tinha de responder como sabia. No entanto, lá foi esclarecendo ser de famílias modestas e ter muito orgulho nas suas origens modestas, e que o seu pai tinha trabalhado muito para fazer dele alguém, assim como aos seus dez irmãos. -----

----- Ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que o tinha apelidado de comissário político, esclareceu que nem em termos reais, nem em termos figurados, era comissário político algum. Tratava-se, uma vez mais, de uma crítica pessoal que não tinha qualquer conteúdo político, pelo que convidou o Senhor João Morais (CDU) a retirar o que tinha dito, ali mesmo na Assembleia Municipal, porque o Senhor Deputado tinha sido injusto ao dizer uma coisa que não tinha qualquer conta de verdade. Considerando, então, não se tratar de uma crítica política, mas pessoal, convidou o Senhor Deputado João Morais a retratar-se. -----

----- Da mesma forma que apelou ao Senhor Deputado João Morais (CDU) para, de alguma forma, se conter em algumas expressões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal também alertou o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para uma expressão que nada acresce de positivo. No entanto, referiu que não poderiam continuar a desenvolver um "pingue-pongue



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*retórico*”, sob pena de não evoluírem de uma fase de sucessivos direitos de resposta e de não darem seguimento aos pedidos de intervenção, em prejuízo do debate. -----

----- De seguida, e também para exercer o direito de resposta, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU). O Senhor Deputado disse que iria responder ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), mas não para lhe pedir desculpa nem para retirar a posição que tinha tomado, por entender não ter concretizado qualquer ofensa política. Explicou, então, que quando o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) disse que havia políticos que eram vendedores políticos, referia-se a toda a bancada e a todos os Deputados da Assembleia Municipal. E quando disse haver políticos profissionais da mentira, perguntou: *“será que menti?”* -----

----- Avançando no debate, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), que disse pretender deixar uma questão que lhe parecia bastante pertinente no momento, e da qual se tinham afastado, desde que tinha sido iniciado o debate do ponto, e que se prendia com os considerandos que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu tinha apresentado no sentido de poder dar como improcedente a providência cautelar interposta pela Câmara Municipal de Anadia. Na realidade, constatou existirem quinze factos que o Tribunal mencionava, alguns deles por depoimento de testemunhas, outros por relatórios, sendo que um deles já tinha sido frisado na sessão em curso. Assim, por uma questão factual, reconheceu estar efectivamente mencionado na decisão do Tribunal que o Hospital de Anadia tinha um sistema de triagem de Manchester e que se pretendia substituir esse sistema por um serviço de consulta aberta. Portanto, como as várias situações tinham sido todas consideradas provadas, reteve-se numa das partes da decisão final que dizia o seguinte: *“É que ainda que as testemunhas tenham prestado depoimento de forma isenta, retém-se impressivamente a percepção que as mesmas traduziram sobre as dificuldades e carências de funcionamento do serviço até então instalado, adequado porventura à disponibilização de serviços de consultas não programadas, mas insuficiente para a sua caracterização como verdadeira unidade referenciada Hospitalar de urgência/emergência”*. -----

----- Entretanto, disse que gostaria, também, que ficasse um pouco claro na mente das pessoas que atendiam à sessão, que o Tribunal, além do que tinha acabado de dizer - que o Hospital de Anadia estava apenas preparado para consultas não programadas e não para ser um Hospital de urgência - tinha considerado irrelevante para essa decisão cautelar: a alegada superioridade de custos que foram apresentados no processo com os transportes para os Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC) ou para o Hospital de Aveiro, em relação àquilo que se procedia no Hospital de Anadia, quer pela natureza dos bens jurídicos em questão, quer, ainda, e disse que gostaria que isso ficasse bem claro, aspectos relativos à demografia do concelho que o Tribunal não tomou em conta; instalação de unidades hoteleiras e industriais que o Tribunal entendeu também não serem importantes; infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias e condições naturais da região que também não foram consideradas relevantes. Comentou, entretanto, que nenhuma das infra-estruturas que o Município tem, uma auto-estrada a atravessar o concelho, uma via-férrea, em breve terá mais uma via-férrea e mais uma



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

auto-estrada, tinha sido relevante para o Tribunal, que em nada eram semelhantes às verificadas noutros Municípios, onde não existem ou existiam valências hospitalares como as do concelho de Anadia. -----

----- Assim, esclareceu que a sua pequena intervenção tinha por objectivo solicitar às pessoas, que lessem o documento, quando ele estivesse disponível, para compreenderem que quem tinha colocado o documento à discussão do Tribunal, o tinha feito com razões e com valores efectivamente programados. Portanto, referiu não se tratar de um erro de construção do documento por parte da Câmara Municipal, ou dos seus advogados, ainda que pudesse existir um ou outro caso que poderia ter sido feito de uma forma mais correcta ou mais clara. No entanto, e como não existem documentos perfeitos, esclareceu, em relação a essa questão, que na verdade existia um conjunto de situações que tinham sido colocadas ao Tribunal e que o Tribunal, na realidade, tinha entendido que não deveria ou não seria relevante para a sua tomada de posição. -----

----- Para responder aos pedidos de esclarecimento entretanto formulados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Começando por responder ao Senhor Deputado Fernando Morais da Silva (PSD), reconheceu que o problema de Sangalhos tinha sido sempre tratado de uma forma bastante secundarizada e que, nesse sentido, a população de Sangalhos tinha toda a razão, porque, quando foi definida a vinda dos doentes de Sangalhos para Anadia, com certeza que teria havido um lapso. Isso porque disse ser quase incompreensível como tinha sido tomada essa atitude de encerrar Sangalhos, baseada na existência de urgência no Hospital de Anadia, quando, na verdade, estava tudo programado para não manter. Quanto ao resto, e como o Senhor Deputado compreenderia, afirmou que o tipo de serviço que tinha ficado em Sangalhos não respondia, nem de perto nem de longe, àquela população, uma situação que lamentou, mas que também reconheceu não ser única por todo o País e perante a qual acabou por tecer uma crítica ao Ministério da Saúde, porquanto disse não estar com certeza nas mãos da Assembleia, fazer o que quer que fosse. -----

----- Passando a responder à questão da avaliação do protocolo, levantada pelo Senhor Deputado João Morais (CDU), referiu que a mesma se impunha no caso do protocolo ter sido assinado. Como tal ainda não tinha acontecido, esclareceu não ter de haver lugar a qualquer tipo de avaliação. Esclareceu, ainda, que a Tutela continuava a ser a responsável pelo Hospital e pelos serviços que lá eram prestados, não sendo devida, à Câmara Municipal, qualquer competência, nem em termos de participação, nem em termos de observação da forma como funciona, ou seja, fiscalização. E, acrescentou, que não podia ser discutido um documento que ainda não tinha sido assinado. Relativamente à questão da certificação, explicou que, de facto, o Hospital de Anadia não era um Hospital, em termos autênticos, certificado, mas tinha serviços altamente certificados, como era o caso de todos os seus funcionários que tinham o curso de suporte avançado de vida, ao contrário de muitos outros Hospitais que prestam serviço de urgência, nomeadamente o de Águeda, mas que não tem os funcionários devidamente



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

credenciados como os de Anadia. Esclareceu que a própria triagem de Manchester, funcionava em Anadia, mas que o tipo de doentes que lá iam, com certeza, que não se notava assim tanto, o que levou o Tribunal a alegar isso mesmo, que havia um doente por noite, recorrendo a informações prestadas pela Administração Regional de Saúde. Assim, disse estar plenamente de acordo e partilhar das afirmações que tinham sido feitas quanto ao facto do relatório que apresentaram para decidir sobre o encerramento das urgências do Hospital de Anadia não ser totalmente fidedigno. Quanto ao resto, esclareceu não ter que defender o Governo, mas ter, naturalmente, de o respeitar, no estrito rigor que qualquer Autarca tem de ter. Portanto, disse não partilhar de qualquer favoritismo, em termos de crítica, para com o Governo, mas que também o contrário não faria. -----

----- Respondendo ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), disse que a interpretação do Senhor Deputado tinha sido a dele, também, porquanto, ainda que os argumentos para os juristas da Câmara Municipal fossem bons, já para o Tribunal não tinham sido, ou por outra, não os tinha considerado relevantes. Sabendo que cabia ao Tribunal decidir, nada mais lhe restava que não recorrer. Mas, perante as alegações do Tribunal, onde, num ou noutro ponto, as justificações técnicas de funcionamento se sobrepunham às distâncias, ao número de doentes, entre muitas outras coisas que estavam em jogo, disse não ver o que a Câmara Municipal iria conseguir com isso. No entanto, não deixou de concordar inteiramente com o Senhor Deputado quando disse que poderia ter sido de outra maneira, ainda que não se note qualquer coisa de gravoso ou irregular na forma como tinha sido apresentada a tal providência cautelar. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP). O Senhor Deputado referiu que pretendia começar por responder ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, uma vez que no período intervenção do público não o tinha podido fazer. Assim, disse pensar que o Senhor Presidente tinha uma pedra no sapato, que a devia querer tirar, mas que o deveria fazer de sua responsabilidade, sem ter qualquer problema com o CDS-PP. Isso porque constatou que a posição do CDS-PP na Assembleia, era a mesma que a do Senhor Presidente da Câmara em relação ao Governo. E rematou, ainda, que o Senhor Presidente da Câmara tratava o CDS-PP como tratava o Governo, portanto, cada um tinha o que merecia. Sobre o Hospital de Anadia, esclareceu que a sua posição, há um ano e meio atrás, tinha sido clara: era de opinião que as urgências fechassem, que não trabalhassem nas condições em que estavam a trabalhar, mas sim, com as condições que hoje estavam a começar a trabalhar, que constavam do documento que o Senhor Presidente da Câmara tinha lido, e com o qual até concordava. -----

----- Entretanto, sobre o outro documento que o Senhor Presidente da Câmara tinha, e ao qual chamava de providência cautelar, disse que ele, a esse documento, chamava de nado morto. E disse chamar-lhe um nado morto porque não o lia com o mesmo sentido que os todos liam, e que estava claro como a água, ao alegar o seguinte: "*Sustentado em síntese que o despacho proferido padece de vício de falta de fundamentação*". Assim, não sabia o que Senhor Presidente da Câmara entendia por aquilo, mas ele pensava que o documento não tinha sido



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devidamente preparado para ser apresentado como providência cautelar. Entretanto, constatou outros factos do documento, nomeadamente mais algumas alíneas que disse que gostava que a população tivesse conhecimento, a saber: na alínea f, o requerente, que é o Presidente da Câmara, solicita ao Tribunal que substitua a Administração e bloqueie a sua actuação. Perante essa leitura, perguntou: *“Porquê, Senhor Presidente? Acha que a Administração do Hospital foi má? Há dezoito anos o que era o Hospital? O que é o Hospital hoje, Senhor Presidente? Porque é que o Senhor pede a substituição desta Administração?”*. Compulsando o documento, referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal desconhecia que o problema do Hospital não era de agora, mas que já remontava a de dois mil e um. Nessa conformidade, propôs, porque até lhe parecia que já tinha sido aceite pelo Senhor Presidente da Mesa, disponibilizar o documento, na íntegra, na Internet, que o mesmo fosse distribuído à comunicação social, porque havia ainda muita gente que não tinha computador em casa nem possibilidade de consultar o documento na Internet, sendo que na comunicação social seria mais fácil. A concluir, referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, quando começou a batalha, disse que iria até ao fim, independentemente das consequências que sofresse. Pois, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que isso ainda não tinha chegado ao fim, mas que o Senhor Presidente, a primeira batalha já a tinha perdido, e que muitas mais iria perder, acabando por dizer para que não se esquecesse disso. -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais que lembrou que tinha feito um pedido ao Senhor Presidente da Câmara para solicitar ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos que esclarecesse o protocolo que tinha assinado com a Administração Regional de Saúde de Aveiro, na altura a sub-região de Aveiro, sobre a consulta aberta, porquanto o Senhor Presidente de Junta, numa Assembleia de Freguesia, tinha afirmado que a consulta aberta seria por tempo indeterminado. Acrescentou, ainda, que essas afirmações e as promessas da sub-região de saúde, tinham sido dadas a conhecer pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos e por um ex-deputado do grupo parlamentar do Partido Socialista que já não está presente na Assembleia, porque tinha pedido a sua substituição. Portanto, gostaria que o Senhor Presidente desse a oportunidade ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos de esclarecer a Assembleia e alguns cidadãos de Sangalhos que nela estavam presentes. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a fazer um ponto da situação, subsequente à pretérita intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU). Lembrou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, de todo o direito Deputado na Assembleia Municipal, poderia, a qualquer momento, se assim o entendesse, intervir sem necessitar da autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, apenas do Presidente da Assembleia Municipal, que lhe concederá a palavra, caso a peça. De imediato, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às anteriores intervenções. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por reforçar a ideia de que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos era um elemento de pleno direito na Assembleia Municipal, pelo que, sendo ele o visado, com certeza que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe concederia o tempo a que tinha direito, caso pretendesse dispor dele. -----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado António Cavadas, disse que o Senhor Deputado quase parecia o "Zandinga", estando já a vaticinar o seu futuro e que até tinha receio de disponibilizar os documentos na *Internet*, sob pena de poderem vir a ser alvo de uma deficiente leitura. Entretanto, referiu que lhe parecia que o Senhor Deputado o tinha acusado de querer substituir a Administração do Hospital, quando leu a alínea f) da decisão do Tribunal, que ele próprio passou a ler e que dizia: "*O requerente solicita ao Tribunal que se substitua à Administração e bloqueie a sua actuação*". Concluída a leitura, esclareceu que a alínea dizia ser o Tribunal que se substitua, não o Presidente da Câmara Municipal. Até porque, disse nada ter contra a Administração do Hospital, longe disso. A Administração do Hospital tinha de cumprir os seus deveres e, naturalmente, responderia por esse cumprimento ou não cumprimento perante o Ministério da Saúde. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), que começou por constatar que, de facto, a presente Assembleia era um pouco esperada, até porque não estava surpreendido com o resultado ou com o que os tinha levado à Assembleia, na medida em que, na realidade, ninguém se encontrava satisfeito com a história. Isto porque estamos sempre a falar de uma moda, porque a política que foi implantada foi o reboque de uma história que corre a Europa e o Mundo. Há que destruir os sistemas de saúde e há que encarrear por outros caminhos em que o Homem é reduzido apenas a números, a dinheiros, a lucros, fáceis, não interessa o valor da vida humana. Reduz-se, e muito. E dá-me quase a impressão que os objectivos são sempre de trazer ao bolso de alguém um resultado maior, mas uma penalização física a todo o concidadão. Conquanto, saibamos que estas leis quase que nos induzem, e parece-me que induzem as pessoas a uma moralidade, ou a lei na sua frágil moralidade, e portanto, o que trás, necessariamente, uma insatisfação e um conflito entre quem governa, quem emite as leis e os concidadãos que se sentem atingidos, não pela manipulação da consciência, nunca, mas sim porque a consciência sabe e tem o conhecimento de que a lei está fragilizada no seu alcance para as comunidades. E, portanto, as pessoas só se manifestam porque se sentem atingidas e ainda por cima o Hospital de Anadia tem uma história que remonta a um esforço colectivo, não é outro. Não há outro momento e, portanto, a população de Anadia quer usufruir de um bem maior. Esse bem maior, para que atinjamos o tal estado de produção, de produtividade, temos de ter saúde, essência da história. Temos de ser socorridos em tempo útil. É evidente que ninguém nos está a dizer que temos falhas de médicos, temos ausência de médicos, que a política escolhida, quando vier outro Governo, quando chegar a outro patamar da moralidade, é evidente que vamos alcançar melhores resultados. Mas vamos abandonar este porque o mundo está inquinado de tal maneira que todo o planeta está a sofrer as consequências desta maneira de ver o ser humano. E,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, vamos sofrendo. Eu quase que bíblicamente, como alguém aqui dizia, a questão bíblica é entre o bem e o mal e, portanto, neste momento, estamos sujeitos ao mal. Virão momentos em que o bem vencerá e singrará. Essa é a nossa esperança, porque estou, ao contrário de outros, estou fortalecido na esperança e num profundo ânimo que vamos vencer. Não entrego os pontos e devemos ser duros na nossa defesa e na nossa exigência porque temos de caminhar para um processo muito melhorado e não para um processo que todos os dias vamos dizer: sim senhor, abriram mais qualquer coisa, quantos pacientes, quantas vezes? Vamos ver. Eu gostava de saber qual é o oftalmologista que vai estar aqui quando tem no privado, de longe, muito melhores condições, de longe pode usufruir de muito mais rentabilidade em termos financeiros. Vamos ver. Essa é a realidade porque nós até agora, as populações de uma forma geral, não só neste concelho, têm sofrido. Terminou agradecendo a oportunidade, porque as populações, em particular de Anadia, têm, e a Bairrada, numa forma geral, que é muito mais ampla e está a ser subjugada por outros conceitos, a Bairrada de uma forma geral tem de ter algum dos predicados e tem de ter alguma das coisas que agora não pode perder mais tempo. Nós temos que inflectir nessa esperança e temos de ter esperança e ânimo e é isso que nos move na defesa das populações e nos move na melhor saúde que possamos prestar a todos, naturalmente nós vamos usufruir. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD), que começou por dizer ao Senhor Deputado João Morais (CDU) que ainda não tinha passado qualquer procuração, na medida em que o Senhor Deputado insistia para que falasse, e esclareceu que não iria falar pelo facto do Senhor Deputado João Morais (CDU) querer, mas porque estava a aguardar o momento ideal para o fazer, para falar sobre o Hospital de Anadia e o Centro de Saúde de Sangalhos. Assim, passou a dar a conhecer ao público presente, para esclarecer eventuais dúvidas sobre reuniões havidas com entidades ligadas à saúde. Confirmou, então, ter sido em seis de Fevereiro de dois mil e seis, quando começou a ser ventilada a possibilidade de encerramento do SAP de Sangalhos, que a seu pedido, o Director do Centro de Saúde de Anadia, Dr. José Manuel Lebre, o tinha recebido, numa reunião conjunta onde também esteve presente o Senhor Fernando Morais da Silva, Deputado da Assembleia Municipal. Confirmou, de facto, que nessa altura o Senhor Dr. Lebre, como Director e pelas informações de que dispunha da ARS de Aveiro, tinha tentado estabilizar a sua preocupação e do Senhor Fernando Morais da Silva, informando que o que se iria passar era uma reformulação do Centro de Saúde de Sangalhos, passando, eventualmente, a haver uma unidade básica de saúde, ou unidade de saúde familiar. Informou, ainda, que o Senhor Director tinha adiantado que iria haver, logicamente, redução no horário, que passava primeiro para vinte e duas horas e, futuramente, para vinte horas, deu, contudo, a explicação de que iriam ser criados outros serviços, eventualmente de apoio geral à terceira idade, gerontologia, geriatria, etc., consubstanciando, no fundo, substituições de valências. Continuando, informou que no final desse ano, de dois mil e seis, tinha sido convocado pelo Senhor Presidente da Câmara, para participar numa reunião conjunta com o Senhor Presidente da Câmara Municipal,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Senhor Director do Centro de Saúde de Anadia, Dr. Manuel José Lebre, o Senhor Deputado da Assembleia Municipal, Senhor Fernando Morais da Silva, e o Executivo da Junta de Freguesia de Sangalhos. Entretanto, reconheceu haver, de facto, muita mentira e muito véu coberto, porque, nessa altura, o Senhor Director, Dr. Lebre, os tinha esclarecido – e aqui esclareceu não ter estado presente qualquer Deputado do PS, como o Senhor Deputado João Morais (CDU) tinha adiantado - que, de facto, ia acontecer o encerramento do SAP de Sangalhos, que se traduzia, no fundo, numa alteração dos serviços de saúde, passando o SAP a chamar-se consulta aberta. Depois de explicado o que se iria passar, referiu que tinha ficado esclarecido que Sangalhos iria sempre ficar com a consulta aberta e com o apoio do Hospital de Anadia – *“acabámos por depois verificar que, de facto, era tudo mentira”*, porquanto a consulta aberta em Sangalhos acabou e o Hospital de Anadia estava como todo a gente já sabia. Explicado tudo o que se tinha passado nas duas reuniões que tinham tido, para esclarecimento do Senhor Deputado João Morais (CDU), concluiu que tudo se traduzia na preocupação que era partilhada por todos e que disse que deveriam continuar a ter. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) que começou por referir que o que tinha movimentado todas as pessoas para se apresentarem à sessão que se encontrava a decorrer, era evidente, e contrariamente ao que tinha sido dito pelo GM do PS, não era por estarem contentes com os serviços de saúde prestados no concelho de Anadia, mas, precisamente, pelo contrário. Aliás, constatou que o GM do PS, no momento, ao referir-se à notícia, e na sequência da comunicação feita pela ARS, dizia tratar-se de boatos, mas lembrou que quando na Assembleia se tinha falado, e era também preciso que a população presente ficasse esclarecida, que as urgências iriam encerrar, embora ainda ninguém soubesse formalmente, o GM do PS tinha continuado, nessa altura, a referir tratar-se de boatos. Recordou, então, que nessa mesma altura, o PSD tinha apelado ao PS para interferir e até apresentou moções de censura na Assembleia, moções de censura essas que eram no sentido de impedir o encerramento das urgências do Hospital de Anadia. -----

----- Lembrou, ainda, ao PS, e à população presente, que o PS sempre se absteve nessas moções e, que a única vez que se recordava que o PS tenha pedido ao Senhor Presidente que tivesse uma posição colaborante, e se possível, até, assinar o protocolo, que depois viriam muito mais coisas por acréscimo, sempre lhe tinha pedido para referir concretamente quais tinham sido as influências que tinham movido e que resultados tinham dado. Como resposta, recordou que sempre disseram aquilo que tinham repetido na sessão em curso, que falaram com os governantes do PS, com o PS distrital, mas nunca disseram nada em concreto. Portanto, era evidente que o PS, assim como outros partidos, ao aproveitarem a oportunidade de ter mais alguém do que as pessoas habituais na Assembleia Municipal, tenha vindo fazer quase um comício, uns em defesa do Governo, outros a atacá-lo. Mas lembrou que afinal o que todos estavam a fazer, naquela Assembleia, e que todos reconheciam, a não ser que o PS não o fizesse, era estarem a demonstrar a sua posição contra o que tinha sido feito ao Hospital de





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anadia, ou seja, o encerramento da urgências, sem que tivessem arranjado meios alternativos, porque os meios alternativos de que falava o Governo e a que o PS se referia - que hoje temos mais saúde no concelho - eram afirmações proferidas porque se calhar o PS não conhecia doentes no concelho, por isso, afirmava haver saúde. -----

----- Mas, entretanto, lembrou que do que estavam a falar era de doença, era precisamente para acautelar a doença e não a saúde. E, nessa medida, referiu que aquilo que poderia parecer um boato, provavelmente, como muita gente tinha manifestado, passaria, a partir de Janeiro, ou pouco depois, a uma realidade. Portanto, uma vez mais recomendou ao GM do PS para que tivesse alguma cautela, porque os boatos poderiam tornar-se em realidades, na medida em que, por vezes aquilo que era uma mentira tantas vezes repetida, tornava-se uma verdade. E, lembrando que já tinha acontecido com as urgências, disse que poderia acontecer, entretanto, com a consulta aberta ou não planeada. Como tanto o Hospital como a população de Anadia, não estavam com saúde, estavam doentes, e precisavam, assim, das urgências e de mais meios de saúde, declarou que o GM do PSD defendia isso mesmo. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que começou por pedir ao GM do PSD para ser sério na questão em discussão. Entretanto, lembrou que quando o problema das urgências tinha sido pela primeira vez discutido na Assembleia Municipal, existia um estudo do Governo que tinha sido publicado no Jornal Expresso. Agora, estar a comparar um estudo do Governo com rumores que estavam a ser apresentados no jornal, jornal esse, que na própria primeira página, lhe chamava de rumores, e que no interior da notícia dizia que alguém disse que alguém lhe disse, o GM do PS considerava que essas situações não podiam ser comparadas, porque eram completamente diferentes. Recomendando seriedade, constatou uma vez mais que a primeira vez que o assunto a propósito das urgências tinha sido discutido na Assembleia Municipal, havia um estudo do Governo a apontar localidades onde se pensava que pudesse ser reestruturado o serviço de urgências, outros locais onde pudesse ser aplicado pela primeira vez, portanto, estavam a discutir e a comparar coisas que não podiam ser comparadas. Acrescentou que o que se estava a passar, no momento, era que estavam perante uma notícia sem pés nem cabeça, sem qualquer fundamento, a qual tinha tido um desmentido formal e veemente, como dizia a ARSC. No caso das urgências, a tal notícia sobre o estudo do Governo, nunca tinha tido qualquer desmentido, pelo que disse estarem a comparar coisas que não podiam ser comparadas, completamente diferentes, tendo apelado, mais uma vez, a alguma seriedade. -----

----- De resto, constatou que os vários articulados sobre o serviço de urgência, que estavam previstos no protocolo, e que o Senhor Presidente da Câmara podia confirmar o que estava a dizer, esses estavam a ser aplicados. Aliás, recordou que a ARSC apresentava na sua notícia, e esperava que todos lessem no jornal da semana seguinte, quando fosse transcrito o desmentido da ARSC, muita informação factual, incluindo novas especialidades que vinham sendo introduzidas no Hospital, pelo que tudo estava a ser concretizado e, se tal não fosse verdade, pediu ao Senhor Presidente da Câmara que o desmentisse. Portanto, concluiu haver situações



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que estavam a ser concretizadas, até porque recordou estarem perante um Governo que é responsável, que tem de tomar atitudes difíceis, como qualquer Governo que vá governar o País tem de ter. Atendendo à situação que se estava a viver e que disse não ser fácil, adiantou que qualquer Governo que venha a ser eleito, em Portugal, tem de tomar medidas difíceis, tem de ter essa coragem e se não tiver essa coragem está a enterrar mais o País. -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD). O Senhor Deputado começou por dizer ao GM do PS que também não ficava nada agradado quando se estava a referir ao não ser sério e ao gesticular dirigido a determinada pessoa. Disse pensar, mesmo, que isso em nada contribuía para essa seriedade e essa honestidade intelectual. Esclareceu, depois, que aquilo que tinha dito, e repetia, era que o GM do PS, quando pela primeira vez foi abordado o assunto das urgências na Assembleia Municipal, em que ainda não havia nada de oficial, assunto que aliás disse ter sido levantado pelo Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que terá dito que: *"eu tenho conhecimento que no dia tantos de tal vão ser encerradas as urgências do Hospital de Anadia, o Senhor Presidente respondeu-lhe não sei de nada disso, isso é uma incógnita"*, o Grupo Municipal do PS respondeu de imediato, alegando tratar-se de um boato. Mas o que acontecia, explicou, era que o PS, como queria agradar à população local, com a aproximação de eleições, tinha de dizer uma coisa na Assembleia, ou seja, tinha de agradar a dois Senhores: ao Governo, por um lado, defendendo-o como o tinha defendido, e à população, por outro lado, porque lhe tinha de dizer, com paninhos meigos, que era a favor. Mas vai defendendo o Governo, e que o Governo tem de fazer reformas. Reformas que é fechar o Hospital de Anadia, é não reparar a Escola de Anadia, e estas são todas essas reformas muito difíceis. Fazendo também um convite à seriedade, referiu que o que deveria ser dito para defender uns, deveria ser para defender outros, ainda que isso lhes prejudique eleitoralmente no ano que vem. E acrescentou que se alguém, efectivamente, não tinha sido sério era por não ter trazido à Assembleia Municipal, no Executivo não sabia, as informações privilegiadas que eventualmente pudesse ter e, depois, dizer que os outros Grupos Municipais, nomeadamente o PSD, é que não era sério na Assembleia. Terminou, alegando que, com essa atitude, é que não era ser sério e não ser correcto para a população, embora se aproveite a oportunidade para se fazer campanha. -----

----- Perante as anteriores intervenções, e antes de conceder a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maças (PS) para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apelou aos Senhores Deputados para imprimirem algum cuidado na linguagem que utilizavam e tolerância na aplicação de certas expressões. -----

----- O Senhor Deputado Acácio Maças (PS) aproveitou para responder ao Senhor Deputado António Silva (PSD) e rebater algumas afirmações que tinha feito. Começou por admitir que na altura em que o assunto do encerramento das urgências tinha sido levantado na Assembleia Municipal, que a bancada do PS tenha referido que desconhecia em absoluto o que se passava e que isso, provavelmente, não passaria de boatos. Lamentou, então, que mais tarde, tenha



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vindo a concretizar-se. Entretanto, informou o Plenário que os elementos do PS, e a comissão política do Partido Socialista de Anadia, não tinham qualquer informação privilegiada do próprio Partido e que se o PSD de Anadia tinha informação privilegiada dos órgãos centrais do PSD, tratava-se de questões internas de cada Partido. Lamentando, novamente, que se tivesse concretizado o encerramento das urgências, não deixou de constatar, que nunca tinha existido serviço de urgências algum no Hospital de Anadia, apenas existiu uma tabuleta que dizia urgências. O que disse existir era um posto de primeiros socorros com um enfermeiro ou dois e com um médico. Relativamente à outra afirmação proferida pelo Senhor Deputado António Silva (PSD), de que o Partido Socialista nunca tomou nenhuma atitude na Assembleia Municipal, nem a Vereação tomou nenhuma atitude, recordou que o PS tinha elaborado uma proposta que apresentou em reunião de Câmara, proposta essa que visava que fosse mantido o actual Hospital e com mais serviços ainda, que servisse, nomeadamente de apoio ao Hospital de Aveiro e ao Hospital de Coimbra, proposta essa que a Vereação aprovou por unanimidade, e que acabou por ter, claro, o resultado zero, porque o Governo tinha um projecto de reestruturação dos serviços de saúde a nível nacional, e não recuou absolutamente em nada relativamente ao projecto que tinha. -----

----- Depois, lembrou que em várias Assembleias Municipais, em que o assunto urgências de Anadia tinha sido ventilado, o PS interveio sempre, defendendo que o Hospital deveria ter um serviço aberto vinte e quatro horas, que tinha apoiado sempre o Senhor Presidente da Câmara na sua luta, e que sempre o tinham aconselhado para que nunca cortasse o diálogo com o Ministério. Essa disse ter sido a posição do PS que, no entender do GM, era a posição correcta para conseguirem mais vantagens para o Hospital de Anadia e para a saúde da população do concelho. Isso porque sabia o Governo que tinha, um Governo duro, um Governo que não cede a manifestações, que não cede a pressões, que não cede a guerras, mas um Governo que é capaz de ceder ao diálogo, à boa vontade, à compreensão das pessoas, ao apelo ao bom senso, e prova disso era que mal tinham acabado as manifestações, o protocolo tinha sido apresentado por esta Ministra ao Senhor Presidente da Câmara, sendo um protocolo, em alguns pontos, melhor que o primeiro. Essa disse ser a realidade. E, para tal, tinham o testemunho do Senhor Presidente da Câmara, se ele entendesse que o deveria fazer. Sobre a posição do PS, questionou o Senhor Deputado António Silva (PSD) da seguinte maneira: *"quantas vezes é que o Senhor, quando o seu Partido foi Governo, se manifestou, nesta Assembleia, contra medidas tomadas pelo seu Governo, que eram impopulares, nomeadamente o fecho das maternidades, que foi feito pela sua Ministra Leonor Beleza, quantas vezes é que o Senhor levantou a voz contra isso, contra ela, quando havia manifestações de rua, quando houve populações na rua a lutar contra o fecho das maternidades?"*. Respondeu, de imediato, referindo que o Senhor Deputado nunca tinha levantado a voz, nem iria nunca levantar a sua voz quando o seu Partido voltasse a ser Governo. E, de resto, constatou que estavam na Assembleia Municipal para discutir política local, e não política nacional, para discutir o bem e os interesses das populações



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do concelho de Anadia, rematando ser isso que todos deveriam defender e ser por isso que todos se deveriam debater. -----

----- Também para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) que disse pretender alertar algumas questões. Começou por referir que, efectivamente, não valia a pena discutir políticas regionais, ainda que fosse a política nacional que condicionava a política regional. Numa pergunta directa ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), sobre o que o GM do PSD queria que o GM do PS fizesse, disse ser que não se abstivessem nas moções quando são contra determinado assunto, no caso concreto do Hospital de Anadia. Entretanto, recordou que tinha sido ele próprio quem tinha levantado o problema pela primeira vez, na sessão ordinária de vinte e nove de Setembro de dois mil e seis, e recordou, também, o que o Senhor Chefe de Bancada do PS lhe tinha dito, como declaração de voto, em resposta ao que tinha dito: *"Atendendo a que a moção em causa se baseia num estudo preliminar que não corresponde a qualquer decisão do Governo, que o próprio Governo já declarou na Assembleia da República que da reorganização em curso poderá até aumentar o número das urgências do País, condenamos o alarmismo totalmente injustificado, implícito na moção e, por isso, votamos contra"*. Assim, perguntou, se isso era alarmismo implícito, porque motivo tinham fechado as urgências do Hospital de Anadia; se, efectivamente, era alarmismo, o que estavam a discutir na altura? E pediu para o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) não lhe dizer, entretanto, que na altura estavam com o alarmismo de um estudo e que agora estavam com o alarmismo de um jornal, porque tratava-se exactamente dos mesmos alarmismos, referindo que o povo diz *"onde há fumo, há fogo"*. Relembrou, assim, que os Senhores Deputados do PS é que nunca tinham tomado uma posição correcta sobre o assunto, nunca tinham votado a favor de qualquer moção apresentada na Assembleia pelo GM do PSD, ou por outro, contra o encerramento do Hospital. E na sessão em curso, disse que o GM do PS tinha tentado, deliberadamente, fazer uma bonita jogada política, porque a Assembleia estava cheia de pessoas que lá fora irão falar bem da forma bonita como o Senhor fala. -----

----- Uma vez mais para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS). Não negou o que o Senhor Deputado Luís Santos (PSD) tinha dito, por ser verdade, e assumiu tudo o que tinha dito. No entanto, esclareceu que na altura estavam a três meses de uma decisão que o Governo, depois, veio a tomar, e aí, referia, exactamente, que naquela altura havia um estudo do Governo que é algo que dá um valor muito maior do que um rumor de alguém que se lembra, para mobilizar a população, uma vez que a população não estava a ganhar a guerra da população, e, então, para a mobilizar, precisou de inventar que alguém lhe disse que alguém outro lhe disse que não sei quê. Uma vez mais, voltou a dizer não ser sério comparar essas coisas, que eram coisas diferentes, e acrescentou que, uma coisa era haver um estudo, outra coisa era um rumor, como o próprio jornal diz. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD) que falou da lista de espera, com recurso a uma notícia publicada no Diário de Notícias, para que todos vissem como estava a saúde no País, a qual dizia: *“Portugueses têm o pior acesso à saúde dos quinze. Inquérito - Sistema português em vigésimo sexto lugar, numa lista de trinta e um países. Acesso rápido ao médico de família – tempo de espera de tratamento são pontos fracos”*. Com isso, disse pretender dar a conhecer a classificação do País, na área da saúde, em trinta e um países, onde abaixo de Portugal estavam países como a Lituânia, a Roménia, a Bulgária, Croácia, Macedónia e Letónia.

----- Decorridas todas as intervenções e direitos de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos que entendesse por convenientes. O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por reafirmar que nunca assinaria qualquer protocolo, com este ou outro Governo, semelhante aos que foram propostos à Câmara Municipal. Referiu, também, que apesar de acreditar nas pessoas, não deixava de ter uma preocupação. Relativamente à notícia, e acreditando na ARSC, que tem de ser uma Instituição credível, chamou a atenção para o que também já tinha sido dito quanto à necessidade de cortar nas despesas, porque tudo estava a dar prejuízo, desde as Universidades, aos Hospitais, e, então, uma forma de não darem prejuízo é não produzirem, é não fazerem. Ora, por essa ordem de ideias, um Hospital para não fazer, tem de fechar, porque, se não, uma vez aberto tem de tratar os doentes. Portanto, o seu entendimento era que havia um problema que se lhe afigurava complicado: não querendo o Governo ter no Hospital um médico e um enfermeiro durante as oito horas em que não há cobertura da consulta aberta, questiona-se se não ficará muito mais caro, isso porque a consulta aberta é quase toda paga com horas extraordinárias, com médicos que vêm de outros serviços. Considerava, assim, que o Governo não poderia manter esse tipo de prestação de serviço, porque desde a ambulância, tripulação, dos médicos aos enfermeiros, era tudo realmente muito caro e isso apavorava-o, questionando-se, mesmo, como seria possível o Governo manter esse sistema por muito tempo. -----

----- Considerou, também, tudo não ter passado de uma teimosia, porquanto o Hospital de Anadia podia ter tido uma requalificação interessante do serviço que lá estava, quer lhe chamassem o serviço da placa ou não, a verdade era que existiam lá os médicos e os meios de diagnóstico, e tudo, portanto, disse, por vezes, chegar a convencer-se que existiam duas razões fundamentais para ele próprio também ter algumas dúvidas: primeiro, porque acreditava, como alguém tinha dito, que teimavam, teimavam, mas não dialogavam, diziam que dialogavam, mas à maneira deles, teimavam permanentemente e não saíam daquilo (vemos isso com a Ministra da Saúde, e com outros); e, também, viam que eles continuavam a dizer que não fechavam, não fechavam, mas lá iam fechando, e isso, disse causar-lhe uma certa preocupação. Assim, referiu que continuava a dizer que o serviço que existia no Hospital era insuficiente e, portanto, havia que lutar, com todas as forças, com o empenhamento de todos, para que esses serviços venham a ser realmente aumentados, requalificados, porque o Hospital tem as instalações



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adequadas e, talvez, os profissionais, porque eles continuam no Hospital a poder fazer esse serviço. Concluiu, declarando-se convencido de que, se tal acontecer, a discussão que tinham tido tinha sido útil, tinha produzido efeitos e, portanto, todos ficavam contentes e com certeza que não ficariam ressentidos uns com os outros só porque a discussão tinha sido mais acalorada. -----

----- Concluídos os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto um da ordem do dia e deu, de imediato, entrada no ponto dois da mesma, "*Análise do Estudo Prévio do "IP3-Coimbra (Troxemil)/Mealhada, IC2- Coimbra/Oliveira de Azeméis (A 32/IC 2) e IC3-Coimbra/IP3", no que se refere ao Município de Anadia, na sequência da Consulta Pública feita no âmbito do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, de acordo com o estabelecido na alínea n) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA*"; -----

----- Quanto à matéria apresentada, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal transmitiu ao Plenário que o ponto em questão tinha sido agendado por uma deliberação da Mesa da Assembleia Municipal, que previamente informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal da sua intenção em o introduzir na ordem do dia da sessão em curso. Explicou, assim, que tinham vindo a assistir a alguma preocupação da população e a algumas manifestações nos jornais de Presidentes de Junta relativamente à matéria, pelo que, para esclarecimento cabal de toda a situação, tinha a Mesa entendido introduzir o ponto na ordem do dia. E, explicou, que nada melhor do que serem ouvidos todos os argumentos, que sobretudo os Presidentes de Junta vinham apresentando na comunicação social, que era lícito, mas que a Mesa julgava ser importante, fazê-lo perante os colegas para terem toda a percepção de quais eram as reivindicações que estavam a ser apresentadas pelas populações. Mas, referiu, ainda, que considerando as reivindicações que os Presidentes de Junta, como representantes mais próximos da eleição, também têm vinham tomando junto de alguns órgãos, nomeadamente órgãos de Poder Central, a Mesa entendeu fazer todo o sentido a sua discussão. -----

----- De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para acrescentar o que tivesse por necessário à questão que tinha apresentado. O Senhor Presidente da Câmara referiu estar em causa a apresentação de um estudo de impacte ambiental, que em determinado tipo de obras era obrigatório por Lei. Sendo procedimento adequado o mesmo ser submetido a inquérito público, informou que a Câmara Municipal, e todos os interessados, tinham um prazo definido para declararem o que lhes aprofundasse sobre os problemas de impacte da obra em questão, como o próprio documento dizia. Entretanto, informou que a estrada em questão era uma auto-estrada, a A32, que iria ser portajada, que teria perfil de auto-estrada e passaria no concelho de Anadia com uma grande vantagem, ainda que também com uma grande desvantagem. A grande vantagem seria a de Anadia ter um nó, a Norte, mais ou menos junto à zona da antiga lixeira, e outro a Sul, junto do Peneireiro. Referiu, ainda, tratar-se, efectivamente, de uma via estruturante, de grande interesse para Anadia, mas que, em contrapartida, tinha alguns problemas que por vezes são suscitados, nomeadamente a razão de



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser de mais uma auto-estrada, uma vez que seria portajada, porque se não fosse portajada, talvez não levantasse qualquer problema, mas como seria, chegavam a questionar o porquê de duas auto-estradas tão próximas. No entanto, referiu que Anadia tinha de estar contente, porque isso a acontecer, ainda que se tratasse apenas e ainda de um estudo de impacte ambiental, iria recolocar Anadia, em termos rodoviários, em termos de acessibilidade, numa situação bem mais vantajosa, mesmo privilegiada, em relação àquilo que tem tido até então. Mas não deixou de referir que o seu traçado, e pensava ser o que preocupava a Assembleia, e que também tinha preocupado os Presidentes de Junta, chocaria, em muitas situações, com os interesses das pessoas, o que as levaria, naturalmente, a manifestar. -----

----- Entretanto, explicou que a Câmara Municipal, como lhe competia, teria de dar a resposta em tempo útil, pelo que convocou os Senhores Presidentes de Junta das Freguesias que seriam atravessadas pela via, para, em conjunto, procurarem encontrar uma solução mais vantajosa. No entanto, explicou que essa reunião não pretendia inibir os próprios Presidentes de Junta de elaborarem o seu relatório e de o enviar a quem de direito, neste caso, às Estradas de Portugal, o que disse terem acabado, mesmo, por fazer. Informou, ainda, que aquilo que a Câmara Municipal tinha feito vinha também ao encontro das opiniões dos Presidentes das Juntas de Freguesia envolvidas e pensava que a solução seleccionada pela Câmara Municipal, depois de dialogado e discutido o assunto, embora continuando a ser discutível, tinha sido a que reuniu maior consenso. Fora disso, disse saudar sempre uma obra desse género, lamentando, no entanto, não saber quando e sequer se iria avançar, porque o problema do dinheiro condiciona muitas situações. Alertou, também, paralelamente, por não haver certeza nas obras, uma vez que dependiam do Poder Central e não da Câmara Municipal, para o facto da Autarquia continuar a reivindicar o acesso ao nó da auto-estrada, tendo dado a conhecer que se iria realizar um encontro com o concelho vizinho de Oliveira do Bairro, no sentido de, de uma forma equidistante, que possa servir as zonas da Palhaça, no sector entre Pedralva, Vilarinho, até Amoreira da Gândara. -----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS). O Senhor Deputado referiu que a sua intervenção tinha a ver com a sua dúvida relativamente ao que era verdadeiramente pretendido no ponto em discussão: se era só pretendido obter algum esclarecimento, se era para fazer alvites ou sugestões ou, eventualmente, outro tipo de comentários sobre a questão. De qualquer maneira, constatou estarem a ver dois traçados, e perguntou o que eram concretamente? Seriam alternativas? Perguntou ainda se o assunto já foi realmente avaliado pelos Presidentes de Junta envolvidos neste traçado. Depois, se já tomaram ou não decisão, porque não sabia se tinha ouvido isso do Senhor Presidente da Câmara? Fundamentalmente, perguntou se seria para tomar alguma posição sobre a questão ou apenas para obter esclarecimentos. -----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em resposta à questão formulada pelo Senhor Deputado



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre o que se pretendia com o ponto, esclareceu que era pretendido discutir abertamente o assunto e saber concretamente na freguesia de Sangalhos o que o Senhor Presidente de Junta defende, e o mesmo nas outras, de Avelãs de Cima, Avelãs de Caminho, Vila Nova de Monsarros, Moita e Arcos. E, eventualmente, se fosse o caso, tomar uma posição, que porventura seria desnecessária porque como o Senhor Presidente da Câmara já tinha dito, a Câmara Municipal já tinha tomado posição e os Senhores Presidentes de Junta também, mas, se porventura a Assembleia entendesse tomar também uma posição sobre o assunto, e tinha sido nessa base que o agendamento tinha sido efectuado, seria para tomar uma posição perante o órgão do Poder Central, ou não. Portanto, esclareceu que a ideia era que todos soubessem, concretamente as tomadas de posição e saber em cada ponto, o que os Presidentes de Junta achavam e o que a Câmara Municipal achava. -----

----- Para responder às restantes questões do Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), já de pormenor, relativamente a itinerários e soluções, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. O Senhor Presidente da Câmara explicou, então, que o tipo de acção que estava em discussão tinha prazos, prazos esses que tinham sido concedidos a todas as entidades, nomeadamente à Assembleia Municipal. Acrescentou, ainda, não saber se no momento a Assembleia Municipal poderia ter já alguma validade em termos de apreciação por parte da entidade, sendo certo, no entanto, que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia o tinham feito em tempo útil. Contudo, referiu que, em sua opinião, seria positivo a Assembleia Municipal ter conhecimento do acordo alcançado pelos Presidentes de Junta, e saber, também, se a Câmara tinha feito alguma coisa à revelia dos Presidentes de Junta, o que disse ser evidente que não. Concluiu, assim, informando que o assunto estava resolvido, que as sugestões já estavam em devido local, porque já tinha findado o prazo para a sua apresentação, pelo que, quem não as tinha apresentado, já não o poderia fazer. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou, ainda, não ter sido solicitado à Mesa, nem à Assembleia Municipal, da parte de qualquer GM ou Deputado Municipal, que procedesse ao agendamento deste ponto. Esclareceu, também, que a Mesa não queria nem ia entrar no processo de consulta pública, nem a Assembleia ia entrar no processo de consulta pública. A Mesa achou, inclusive, que podendo fazer em qualquer momento, que a Câmara, e os Senhores Presidentes de Junta, têm a legitimidade suficiente e total para o poder fazer. Assim, transmitiu que o que existia na sessão em curso da Assembleia Municipal, era tão-somente ficarem todos ao corrente do que foi reivindicado, do que foi defendido pelos Autarcas do concelho, porque o que mais lhe custava, por vezes, era olhar para os órgãos de comunicação social e saber as coisas por eles, ainda que a eles lhes assistisse todo o direito, porque faziam o seu trabalho, mas considerava que a Assembleia Municipal era o órgão máximo político para discutir as questões. -----

----- De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) para intervir. O Senhor Deputado limitou-se a fazer um pedido, porque, perante os documentos que lhe tinham sido disponibilizados, não tinha a percepção por onde iria passar e qual tinha sido a opção do





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

traçado. Nesse sentido, perguntou da possibilidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe indicar o traçado que tinha sido escolhido. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os mapas que tinham sido disponibilizados aos Senhores Deputados eram precisamente os mesmos que tinham sido disponibilizados para consulta pública. No entanto, reconheceu que para total percepção do que era pretendido pelo Senhor Deputado, os Senhores Presidentes de Junta teriam de dizer, claramente, qual era a sua opção em termos de traçado, porque, segundo sabia, os Senhores Autarcas tinham opções bem concretas e havia uma Junta de Freguesia que tinha tratado do problema junto da população com bastante intensidade, ao que se lhe seguiram outras. -----

----- De seguida, o Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) perguntou se os traçados constantes do documento eram os definitivos, ao que, de imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu tratar-se das várias alternativas, das várias soluções, adiantando ser certo que a Câmara Municipal e os Senhores Presidentes de Junta já tinham feito a sua opção e tomado a sua posição perante os órgãos do Poder Central, pelo que, em breve, quando os Senhores Presidentes de Junta fizessem a sua intervenção, iriam saber quais eram essas alternativas, que eles próprios tinham apresentado. -----

----- Para uma nova intervenção, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD), que esclareceu que a posição que tinha sido tomada pela maioria dos Presidentes de Junta, com excepção de Avelãs de Cima, tinha sido a Solução um, Trecho três. Entretanto, colocou uma questão ao Senhor Presidente da Câmara que se prendia com uma dúvida que tinha. Explicando, referiu que na primeira reunião que tinham tido em Coimbra lhes tinha sido dito que não pagariam portagens, porque tinham, actualmente, acesso a Águeda, tinham o IC2 onde não pagavam portagens e quem vai para Águeda, muito mais facilmente deixa a EN1, entra no IC2 e chega facilmente, concluindo ser pelo IC2 que todo o trânsito funcionava. Assim, passando o IC2 a pagar portagens, como o Senhor Presidente da Câmara tinha falado, julgava que passaria a haver um problema, não só em Águeda, Aguada, na antiga Nº 1, como passaria a haver na Nacional Nº 1, ou seja, em Sangalhos, Avelãs de Caminho, Malaposta e por aí fora. Voltando a referir que a opção tinha sido o Solução um, Trecho três, constatou, entretanto, que teriam de repensar um pouco porque, a haver, de facto, lugar a pagamento de portagens, teriam de ver se o trânsito não passaria a fluir, não pela auto-estrada, mas sim, pela via tradicional. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) que transmitiu que a sua opinião não era ligeira, porque, de alguma experiência que tinha, sendo uma opinião pessoal, o que estavam a fazer era limitarem-se a falar uns com os outros, porque, de resto, nesses traçados, como em outros, e como já tinham ouvido dizer que tinham um Governo duro e que não aceita reclamações, perguntou o que estavam ali a fazer? Seria precisamente como o caso das linhas que prejudicaram muito, segundo dizem, a povoação do Paraimo, e o Pereiro, que também sofreu muito. Lembrou que o que tinham andado a fazer tinha sido cumprir calendário. No entanto, e



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como a lei assim determinava, disse que assim fariam, mas adiantou não acreditar que no traçado entre Estarreja e Coimbra, onde há milhentas reclamações, eles vão atender a quem? Concluiu, constatando que eles tinham traçado e, havendo dinheiro para fazer, eles fariam por onde entenderem, estando a Assembleia só a cumprir calendário, porque a Lei assim manda e porque, de resto, todas as suas opiniões irão para o cesto dos papéis. -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) não ter entendido qual a sua posição concreta no que à sua freguesia dizia respeito e disse pensar ser importante, para esclarecimento geral, saber o que o Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima entende que deve ser o traçado na sua Freguesia, independentemente de poder concordar com o Senhor Presidente da Junta de que em muitas situações estariam a preencher calendário. No entanto, disse querer acreditar no grande mérito subjacente a toda a questão, todos ficarem a saber, concretamente, quando passam numa freguesia, qual a posição tomada pelo Autarca perante outras entidades. Depois, se o Governo, qualquer que for, não tiver respeitado a posição que os Presidentes de Juntas e outros Autarcas tomaram, disse que, no devido momento, essa atitude será avaliada pela Assembleia. -----

----- Retomando a palavra, o Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) deu, então, a conhecer a sua posição. Transmitiu que os seus colegas Autarcas preferiam a Solução um, mas a Junta de Freguesia de Avelãs de Cima preferia a Alternativa três porque a solução um cai em cima das casas do Pereiro e corta terrenos contíguos às casas, os chamados quintais, o que considera que trará muitos prejuízos para a povoação do Pereiro e para Avelãs de Cima. A sua preferência recaí sobre a alternativa três porque, como explicou, passará bastante a poente e não trará esse prejuízo para a povoação do Pereiro. -----

----- Transmitida a posição da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Jorge Loureiro (PSD). O Senhor Deputado referiu que da análise que tinha feito ao mapa, havia uma questão que não conseguia perceber e que disse que talvez houvesse alguém que o poderia esclarecer. Assim, referiu que uma situação era o Município ter uma alternativa à antiga Nacional um, sendo que, em sua opinião, uma alternativa pressupõe não ser portajada. No entanto, disse ter-se questionado da sua necessidade, quando existe uma auto-estrada a três ou quatro quilómetros, à qual não queriam dar acesso, e iriam colocar uma outra auto-estrada a três ou quatro quilómetros, também com portagem. Assim, perguntou da mais-valia de ter uma outra auto-estrada também a quatro ou cinco quilómetros, sendo portajada, e do seu benefício? Então que pusessem uma portagem da A1 para Anadia, como o Senhor Presidente reclamava há muitos anos. Então, estando o País em tempo de contenção de custos e tudo mais, disse ter olhado para o processo e não ter percebido, e continuar sem perceber. Assim, agradeceu que alguém lhe dissesse porque eu acho que os Presidentes de Junta, a primeira pergunta que têm que se coloca é: será que vale a pena esta segunda auto-estrada, quer dizer, vamos ter aqui duas fileiras de auto-estrada, com uma distância de seis ou sete quilómetros e eu pergunto mas para quê? Então



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quem não quiser pagar portagens vai continuar a utilizar a Nacional um? Sugeriu, de imediato, que colocassem uma saída em Anadia e outra que sirva Águeda e teriam, pelo menos, o problema entre Coimbra e Águeda resolvido com duas saídas de portagem ou com uma melhoria da portagem que Anadia tem a seguir a Oliveira do Bairro e que deve servir Águeda e, então, depois, as populações lá para cima que se entendessem. Mas, disse francamente não perceber, porque seria ocupado terreno de alguma nobreza, todo ele, com o quê, para quê, o que ganharia Anadia com isso, pelo que gostaria que alguém lhe respondesse. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) que começou por dizer perfilhar da opinião do seu colega, mas adiantou que a questão lhe fazia ainda mais confusão, quando se aproximam de Oliveira de Azeméis onde, num intervalo de dez quilómetros, existem três auto-estradas, pelo que, com esta, não conseguia entender. No entanto, disse conseguir perceber o que eventualmente possa estar por trás de toda a questão. Assim, referiu que durante muitos anos tinha ouvido falar de que seria necessário ser criada uma estrada alternativa à Nacional número um e lembrou que onde foi possível alargar essa estrada, a mesma foi alargada, onde tal não era possível, implicaria a construção de uma nova estrada. Como achava que não se construíam estradas como a Variante de Águeda para se portajar, e como as estradas são caras, concluiu que alguém teria de as pagar, pelo que, então, a solução para o assunto passava pela implementação de portagens. Entretanto, referiu que olhando para o traçado, e por muito respeito que pudesse ter pela opinião dos Senhores Presidentes de Junta, que são os representantes legítimos do povo, mas a verdade era que olhando para o traçado, e na verdade, se não fosse com portagem, paga, iria trazer uma mais-valia para toda a região, que rapidamente estaria em Coimbra, e se fosse daqui a Águeda, com a nova auto-estrada de Águeda a Aveiro, estaria rapidamente em Aveiro, ainda que fazendo um trajecto mais longo, mas de maior disponibilidade. Disse também não conseguir entender porque razão esses troços teriam de ser portajados, não vendo, mesmo a realidade e a importância de um troço desses numa situação dessas. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Guilherme Andrade (PSD). O Senhor Deputado começou por transmitir que a posição da Junta de Freguesia da Moita, a qual já tinha também transmitido na CCDR em Coimbra, era bastante pertinente, porquanto era apontada uma alternativa para a Freguesia da Moita, em que a Moita propriamente dita, ficaria entre a auto-estrada, a alternativa dois, e a variante, precisamente em baixo, a parte nascente da Moita ficaria sobrecarregadíssima por se tratar de uma grande zona habitacional. Informou, ainda, que a Engenheira do Ambiente em Coimbra lhe tinha dito que a parte de baixo não era muito viável porque passaria numa zona habitacional, ao que disse ter-lhe respondido não corresponder à verdade, porque a zona habitacional que lá está é o Cemitério. Assim, transmitiu que a posição da Junta de Freguesia da Moita era a Solução um do Trecho três, que seria a que mais lhes interessa. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Concedida, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Fernando Fernandes (PSD), o mesmo começou por lamentar a implementação da portagem e transmitiu que o Executivo da Junta de Freguesia defende a Solução um. Contudo, deixou claro que o mapa se encontrava em fase de consulta pública, sem que até àquela data tivesse havido qualquer contestação na Freguesia de Arcos. Reconheceu, no entanto, que a opção da Junta iria agradar a uns, mas não a todos, o que disse ser perfeitamente normal, mas voltou a referir não ter havido qualquer reclamação quanto à opção tomada pela Junta de Freguesia, a Solução um, se vier a ser concretizada. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu de imediato a palavra ao Senhor Deputado César Andrade (PSD) que passou, também, a comunicar a opção da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, a qual disse ter recaído sobre a Solução um, Trecho três. Entretanto, informou que a Junta de Freguesia, como previsto, já tinha dado a conhecer a sua opção à Agência Portuguesa do Ambiente, assim como à Câmara Municipal. Sobre as razões da opção tomada, disse prenderem-se com o facto da solução um acompanhar, de um modo geral, e em especial na sua freguesia, as linhas de alta tensão, o que por si só, vai abranger um espaço morto, espaço esse onde, em termos futuros, será impossibilitada a edificação ou plantação de qualquer espécie arbórea, derivado, precisamente, à existência das linhas de alta tensão. Transmitiu, ainda, que no aspecto populacional não afecta a zona habitacional, assim como não inibe, também, a futura construção. A terminar, disse terem concluído ser a solução ideal, uma vez que em nada afecta as zonas industriais situadas na freguesia de Avelãs de Caminho, tanto a Norte como a Nascente, previstas no PDM. Não menos importante para a Junta de Freguesia, disse ser que essa solução não terá qualquer efeito negativo em termos de impacto sonoro, uma vez que a Norte e Sul do concelho não passa em zonas habitacionais densas, pelo menos na sua freguesia, ainda que num caso ou outro possa acontecer. -----

----- Informou, também, que o local de implantação do Centro Escolar das Avelãs já tinha sido alterado, prevendo a possível passagem dessa via. No aspecto hídrico e ambiental, referiu que a Norte da sua freguesia existiam zonas de nascentes de água potável que abasteciam algumas fontes da região, uma opinião que seria partilhada pela Freguesia de Sangalhos, porquanto havia certas zonas hídricas que abasteciam as fontes, nomeadamente a Fonte de São João. Nesse aspecto, constatou que a Alternativa três para a Freguesia seria bastante prejudicial. Referiu, ainda, que o aspecto menos positivo, e que a Junta achou que era bastante importante, era o nó de ligação a norte da freguesia, mais propriamente na zona do Bicarinho, isso porque a sul do concelho de Águeda é bastante industrializado. Então, como a distância existente entre o nó de Anadia e o nó do Norte de Águeda era, sensivelmente, de dezassete quilómetros, se quisessem que a indústria saísse das zonas habitacionais, era bom que ali houvesse um nó de ligação, uma vez que favorecia tanto o Norte do Concelho de Anadia como o Sul do Concelho de Águeda. Concluiu, assim, serem as razões apresentadas as principais razões da opção tomada pela Freguesia de Avelãs de Caminho, para além do aspecto negativo que seriam as portagens, que considerava que não deveriam ser implementadas. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Duarte (PSD) que transmitiu que a Junta Freguesia de Vila Nova de Monsarros também tinha optado pela Solução um, mas adiantou que para a Freguesia a Alternativa dois também não faria grande diferença, na medida em que passa em zona florestal. No entanto, explicou que a Junta de Freguesia optou pela Solução um porque, provavelmente, lhe irá resolver um outro problema, relativamente à estrada que está a ser construída e que liga a Póvoa do Pereiro a Vila Nova de Monsarros. Explicou, então, que essa estrada será implantada numa zona de exploração de barro, e que esta alternativa irá passar na mesma zona, o que fará com que eles tenham de arranjar solução, porque se for essa a solução encontrada, a um, e como já ouvimos quando o Governo quer fazer mesmo, a Freguesia de Vila Nova de Monsarros ficará com a situação da zona da estrada resolvida. Concluiu, informando que a opção pela Solução um tinha sido objecto de uma deliberação unânime da Assembleia de Freguesia. -----

----- Apresentadas as razões das opções tomadas pelos Presidentes das Juntas afectadas pelo projecto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para acrescentar o que lhe aprovesse quanto à matéria em questão. O Senhor Presidente da Câmara informou que a Câmara Municipal nada mais tinha feito que não recolher essas informações, que não tinham necessariamente que ser prestadas à Câmara Municipal mas que, por cortesia, os Senhores Presidentes de Junta o tinham feito, tinham informado as duas partes em simultâneo, concluindo que a Câmara Municipal também preconizava o tipo de solução que maioritariamente tinha sido escolhida. Apresentou, no entanto, algo que era motivo de preocupação para a Câmara Municipal, e que disse fazer parte do relatório: se Anadia está bem servida em termos de entradas a Norte e a Sul, a verdade era que quem vai para Águeda tem um problema, possivelmente vai ter de voltar à velha estrada de Águeda. Portanto, disse não estar a ver como resolveriam aquele problema em Águeda. Existindo mais uma saída numa posição intermédia entre o nó Norte de Anadia e talvez o Sul de Águeda, não sabia exactamente onde devia ser, referiu que vinha resolver os problemas de Águeda. Mas, como disse, o Presidente da Câmara não tinha que estar preocupado com uma situação que eles teriam de analisar, porque, se reparassem, essa auto-estrada não era mais nem menos do que a tal alternativa, a tal variante ao IC2, que o Governo, talvez por dificuldades financeiras, ou outra, entendeu construí-la no tipo SCUT. Referiu, também, ser evidente que quem constrói são empresas que depois exploram e, ou paga o Estado, ou paga o utilizador. Aliás, adiantou que tudo se encaminhava, e o Estado não o negava, para que fossem criadas mais SCUT do género de algumas que existem, existem mas para ser exploradas pelo seu construtor, pelas empresas que têm essa concessão. -----

----- Portanto, disse para não ficarem à espera de ter uma variante ao IC2, que sempre pensou que fosse com perfil de auto-estrada, que há trinta e dois têm exactamente o perfil de auto-estrada, não varia muito da tal Variante, mas que têm essa grande diferença. No entanto, reconheceu que não deveriam enjeitar a possibilidade de construírem a estrada, deveriam, sim, partir provavelmente para uma luta, em tempo adequado, para não pagar a portagem. Anadia



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não seria o único concelho a lutar por isso. Reconheceu, ainda, que a alternativa à A32 seria sobejamente a pior alternativa a qualquer estrada no País, que fosse alternativa, em função do tráfego que realmente tem a EN1 e o IC2. Destacou, também, que a Câmara Municipal tinha tido em atenção as indicações dos Presidentes de Junta, tendo organizado o processo em função disso. De uma forma ou de outra, disse que seria bom ter a auto-estrada, e que, na vez de ter o tal nó que Anadia preconiza, que tenha esse sim, e mais dois, o que seria óptimo para Anadia e, naturalmente, para o concelho. Rematou, declarando que iria aguardar, com alguma ansiedade, que o processo avançasse da fase do estudo de impacte ambiental para a execução do projecto.

----- Concluída intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU). O Senhor Deputado perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, como responsável pela fiscalização das obras, se no estudo ficavam salvaguardados os acessos, e se tinham sido dados a conhecer às populações os acessos de apoio à agricultura. Perguntou, também, se a Câmara Municipal tem em sua preocupação a protecção aos ruídos por onde a variante passa próximo da estrada, em cumprimento da Lei, e se o estudo salvaguardava tudo isso ou não, até porque achava que o técnico que acompanhou o trabalho em conjunto com o Instituto de Estrada, é que deveria estar a explicar tudo, porquanto seria mais clarificador. Concluiu, assim, reforçando a pergunta sobre se estava tudo salvaguardado, relativamente, também, às nascentes de água, na freguesia de Vila Nova de Monsarros, porque como sabia, lá existia a nascente das águas das termas da Curia, se a remoção de terras não irá afectar a estância termal. -----

----- De seguida, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), que, relativamente à questão levantada do final do concelho na zona Norte, e por aquilo que se apercebia do que estava nos mapas, ainda que podendo estar equivocado, iria haver um nó na zona da Soparafuso, pelo menos, pelo que previam nos documentos. Então, a haver, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que sendo as auto-estradas actualmente portajadas, ainda que não haja portagens, isso porque vai haver um chip na matrícula dos carros para controlar essas situações, o que quer dizer que o acesso às auto-estradas passou a ser muitíssimo mais barato, porque não exigem a construção de portagens nem exigem a manutenção das mesmas, nomeadamente do pessoal que lá tem de estar. Portanto, disse que, se calhar, não seria demais tomar atenção a essa questão do nó ao norte do concelho de Anadia e ao Sul do concelho de Águeda. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) que começou por dizer que também partilha do entendimento de que mais uma via de comunicação, seja ela portajada ou não, é benéfica para o concelho de Anadia, tanto mais que fica bastante próxima de Anadia. No entanto, como disse estarem em onda de boatos, apresentou como sua preocupação algo mais e que se prende em saber quais serão as consequências que advirão de todo o processo, nomeadamente a nível dos serviços do Município. Assim, referiu que, então aí, passa a estar justificado o fecho das urgências do Hospital de Anadia, do Tribunal de Anadia, da Repartição de Finanças de Anadia, e por aí



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adiante, ainda que seja só um pré-boato. Portanto, e a concluir, reforçou ser essa a sua grande preocupação, ou seja, que esvaziem Anadia de praticamente todos os serviços que tem, tendo acrescentado, no entanto, "*Deus queira que eu me engane para bem de todos nós*". -----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Jorge Loureiro (PSD) que, em resposta ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) disse não haver qualquer acesso junto a Águeda Sul, e adiantou, portanto, que o que iria acontecer era que todo esse percurso, desde Anadia até, eventualmente, a Variante de Águeda, irá ser portajado e, conseqüentemente, vai ter custos para todos os que circularem nessa via. Contudo, referiu que a sua dúvida se mantinha relativamente à questão inicial, que era se de facto valeria a pena ter outra auto-estrada agora do lado direito, uma vez que já existe uma do lado esquerdo, adiantando, mesmo, em sua opinião, que sendo portajada e com os mesmos custos, a utilização dessa via não terá o sucesso que muitos pensarão ter, e que lhe acontecerá, inclusivamente, o que está a acontecer com muitas SCUT e auto-estradas que servem a circulação de meia dúzia de viaturas por dia. Nessa medida, disse que, se isso seria benefício para Anadia, e não excluindo a possibilidade de vir a ser, ainda não tinha conseguido perceber. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Acácio Maçãs (PS) que, na sequência da intervenção do Senhor Deputado António Silva (PSD), disse ao Senhor Presidente da Câmara Municipal entender que o Senhor Presidente deveria retirar o pedido e não fazer qualquer pressão para que Anadia venha a ter um nó de acesso à A1 e que também deveria recusar liminarmente a N32 porque, dessa forma, o Município manteria as vias que tem e ninguém retiraria nada a Anadia, porque sendo os acessos maus e as vias de comunicação más ninguém retira nada do que Anadia tem. Por outro lado, em resposta à questão das portagens, lembrou que o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, quando entrou para o Governo, e a política do Governo do PSD, anterior a esta Governo, era a política do utilizador-pagador, acabar com as SCUT e obrigar as pessoas a pagar as portagens. Não percebendo a posição, reconheceu que seria bom ter auto-estradas sem portagens, mas, no entanto, lembrou da necessidade de se pagar para haver auto-estradas. ----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD). Aproveitando o facto do Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) ter falado na política nacional, disse ser verdade o Senhor Dr. José Manuel Durão Barroso ter dito que iria portajar as auto-estradas, logo que chegou ao Governo, mas lembrou, também, que tal medida teria sido provavelmente tomada se o Dr. Durão Barroso lá tivesse ficado. Contudo, referiu que o que poderiam eventualmente estranhar era que o actual Primeiro-Ministro tenha dito, por inúmeras vezes, na campanha eleitoral que o elegeu, que nunca portajaria as SCUT e tê-las portajado, o que concluiu ser algo completamente diferente. -

----- Também para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Jorge Loureiro (PSD). O Senhor Deputado referiu que quando inicialmente foi ventilada a alternativa à Nacional um, a alternativa supunha que não



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fosse portajada e acrescentou que muitas das entidades que deram a sua resposta relativamente a esta Variante, o fizeram, supondo que não seria portajada. Assim, insistiu no seguinte: ou que existia um equívoco qualquer ou, então, não conseguia perceber como o Governo, que tem dificuldades financeiras, vai fazer uma portagem paralela, em seis ou sete quilómetros, a uma já existente e que poderia servir perfeitamente. Adiantou, então, que poderia aceitar a tal alternativa, mas sem portagens, porque lembrou não se tratar simplesmente de fazer a auto-estrada, mas de implicar, também, o corte de muitos terrenos no concelho, ou seja, de mexer com a geografia do concelho. Portanto, concluiu que, ou é de facto uma alternativa a qualquer coisa, mas, em função dessa proximidade das duas vias de comunicação, disse não ser alternativa a nada, mas uma duplicação. Para terminar, disse continuar com a dúvida: situando-se Anadia a meia dúzia de quilómetros de uma auto-estrada, qual a razão de ser deste circuito. -----

----- Para responder às intervenções decorridas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por reconhecer que o problema de base da discussão era o facto de ser prevista a instalação de uma portagem na auto-estrada em questão. Entretanto, voltou a referir que primeiro deveriam esperar que viesse a auto-estrada. Entretanto, disse também ter ouvido que tudo tinha de estar relacionado com a postura de cada Governo. Confirmou ser verdade que o Senhor Dr. Durão Barroso defendia o utilizador-pagador, mas lembrou que não tinha ficado para fazer uma coisa ou outra; que o Senhor Eng.º José Sócrates tinha dito que as portagens não seriam pagas, mas que, entretanto, já dizia que iriam ser. Portanto, deixou a pergunta, quem lhes diria que amanhã não iria haver portagem, até porque, e voltou a dizer, e que também tinha sido afirmado pelo Senhor Deputado Jorge Loureiro, que a via é realmente uma auto-estrada alternativa, cujo traçado, aliás, é muito semelhante, porque o que estava previsto era uma via, tipo itinerário complementar, portanto, diferente do perfil de auto-estrada, para servir de via rápida, ou de escoamento à EN1. Referiu, ainda, que a Tutela tinha optado pela A32, o tal perfil definido, e lembrou o Senhor Deputado Jorge Loureiro (PSD), que falou em todos os prejuízos relacionados com a destruição de terrenos, que a tal alternativa, na verdade, também destruía alguns, por ter a mesma zona de influência, os mesmos corredores - os duzentos ou quatrocentos metros, pelo que apelou a alguma bondade ao pensar os projectos dos outros. -----

----- Assim, concluiu haver realmente duplicação, mas a verdade era que, no momento, com todas essas hesitações, Anadia não tinha um nó que ficaria a seis ou sete quilómetros do centro onde anda a ser construída a ponte, porque ninguém assegurava que ele viesse a existir. E, entretanto, perante a primeira oferta que tinham em cima da mesa, disse ser de opinião que (e pensava que a maioria das pessoas também eram), apesar de também concordar com a posição do Senhor Deputado Jorge Loureiro (PSD), que, apesar de não concordar, também não estava frontalmente contra e ter apenas algumas dúvidas que venha a ser um bom investimento, infelizmente, Anadia ainda está longe de ter uma satisfação mais ou menos razoável. -----





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal constatou que, no essencial do que era pretendido no ponto, todos estariam esclarecidos e tinham sido dadas a conhecer outras posições, de contra a auto-estrada, relativamente às portagens, ou seja, um pouco de tudo. Por consenso, informou que a Mesa considerava não estarem reunidas condições para ser elaborado um documento único, a súmula de uma opinião única, pelo que, disse prescindir de a apresentar e considerar que a forma como tinha sido feita, pela via da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, tinha sido, de facto, na matéria em questão, a ideal, pela forma distinta de cada um pensar. Assim, disse que a Mesa deixaria a questão como estava. -----

----- Dando por encerrado o ponto dois da ordem do dia, passou a apresentar o seu ponto três, *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia do Regulamento da Chave de Honra da Cidade de Anadia, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA"*. Sobre essa matéria transmitiu que o entendimento inicial da Mesa tinha sido que havia alguma dúvida sobre o facto do Regulamento da Chave de Honra da Cidade de Anadia, em concreto, ter de ser apresentado à Assembleia Municipal. -----

----- Confirmou, entretanto, que a Câmara Municipal, de facto, não tinha deliberado nesse sentido, até porque o não teria de fazer, porquanto o próprio Regulamento não obrigava a Câmara Municipal a propor o Regulamento à Assembleia Municipal, concluindo, assim, que o procedimento da Câmara Municipal tinha sido completamente correcto. No entanto, disse que no seu entender, como o Regulamento atribuiu uma competência à Assembleia Municipal, a Assembleia só poderia aprovar os galardões e a Chave da Cidade, só poderia assumir essa competência, concordando previamente com ela. Por esse facto, disse ter entendido não haver outra possibilidade que não seguir o procedimento que consta do ponto, sob pena de, a partir desse preciso momento, qualquer outra entidade dizer, no futuro, que terá que ser aprovado na Assembleia Municipal, e a Assembleia, por arrasto, terá de fazer a vontade a essa entidade. ----

----- Para melhor concretizar a questão, passou a ler o artigo quarto do Regulamento da Chave de Honra da Cidade de Anadia, relativo à concessão, que diz: *"A atribuição da Chave de Honra é da competência do Executivo Municipal, sujeita à aprovação da Assembleia Municipal"*. Acrescentou, ainda, que estando essa competência consignada no artigo quarto, antes da Assembleia Municipal proceder à atribuição nela referida, o que iria acontecer no ponto seguinte, fazia todo o sentido que nessa altura, a Assembleia Municipal concordasse com essa possibilidade. -----

----- De imediato, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou nada ter a opor, porque, inclusivamente, essa forma contribuía para reforçar os poderes da Assembleia Municipal. Acrescentou, ainda, que podendo haver alguma dúvida, uma vez que caberia à Assembleia Municipal aprovar a atribuição da Chave, considerava que esse procedimento não trazia qualquer problema e, da parte da Câmara Municipal estava tudo certo, aceitava essa forma de tratar o Regulamento. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse não se pretender reforçar mas legitimar uma competência que está prevista no Regulamento da Câmara Municipal, que é da sua competência, mas que a Mesa não queria que alguém levantasse questões de futuro. Entretanto, e por pensar estarem reunidas as condições para aprovar tal e qual, até porque, tinha de ser entendido, de acordo com a Lei e o Regimento, que era um Regulamento de eficácia externa e esses têm de ser apresentados à Assembleia Municipal. Em qualquer dos casos, deixou o esclarecimento de que se tratava de uma questão de legitimidade dessa designação, que a Mesa, por uma questão de segurança jurídica, tinha decidido actuar dessa maneira, tendo o Senhor Presidente da Câmara, de imediato, dito ser exactamente o que defendia. -----

----- Não tendo havido lugar a intervenções da parte dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação do ponto três da ordem do dia, terminada a qual, anunciou que o Regulamento da Chave de Honra da Cidade de Anadia tinha sido aprovado, por unanimidade, com trinta e dois votos a favor. -----

----- De imediato, anunciou existir uma proposta do GM do PSD de aprovação do ponto em minuta, para que o mesmo tome eficácia imediata, a qual iria ser votada de seguida, para produzir efeitos imediatos, antes da discussão do ponto seguinte. Votada a proposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada, por unanimidade, com trinta e dois votos a favor. -----

----- Dando por encerrado o ponto três da ordem do dia, logo que anunciado o resultado das votações, deu entrada no ponto quatro da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia de atribuição de Galardões Municipais e Chave de Honra da Cidade de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea p) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA*", após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentar a proposta da Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por explicar que a Câmara Municipal tinha finalmente decidido avançar com o processo de atribuição de galardões e, respondendo a muitas interrogações de pessoas que indagam a razão do momento, explicou tratar-se de um procedimento revestido de toda uma burocracia, que o torna complicado, mas que, no entanto, foi concretizado a seu tempo, para ter lugar na data importante que se avizinha para Anadia. Explicou, então, que a Câmara Municipal entendeu fazer uma primeira atribuição dos galardões municipais a entidades, umas de âmbito empresarial, outras de âmbito associativo, outras de âmbito desportivo, para privilegiar esse primeiro dia com um leque já alargado de entidades a galardoar. Reconheceu, contudo, haver bastante a fazer, para conseguir alargar o procedimento a personalidades, algumas a título póstumo, para as quais disse ser fácil encontrar razões suficientes para esse tipo de atribuição. No entanto, referiu não ser intenção da Autarquia entregar este tipo de galardões a pessoas que, em vida, não tenham criado um *curriculum*, não tenham um feito, algo que, ainda que eventual, mas um acontecimento que leve a Assembleia Municipal, que é a quem compete, sob proposta da



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal, a aprovar a atribuição. Por ser efectivamente um processo complicado, explicou que a Câmara Municipal tinha sido cautelosa para não sofrer um impasse, em mais algum tempo, que inviabilizasse a concretização desse objectivo e, por isso, avançou assim. Lembrou, aliás, que a própria deliberação da Câmara Municipal falava disso mesmo, que os Senhores Vereadores do PS adiantaram nomes, que, ainda que a maioria do Executivo nada tivesse a opor, entendeu não ser o momento adequado. Mas, adiantou, desde logo, que esse momento iria ser encontrado, de forma a alargar este tipo de distinção também às personalidades individuais, que disse haver no concelho. -----

----- Entretanto, passou a referir as associações que estavam elencadas no documento e que a Câmara Municipal propunha distinguir com os galardões. Especificando, disse que seria atribuída a chave de honra da cidade, a entregar à cidade de Anadia, de acordo com o Regulamento. Informou, também, que para esse tipo de acção, a Câmara Municipal iria convidar entidades ligadas ao ramo empresarial, ao ramo associativo, ao ramo desportivo, para estarem presentes e dar dignidade acto, fazendo, se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal assim o entendesse, uma sessão solene. Quanto aos nomes, disse que a proposta da Câmara Municipal avançava com os seguintes: a Chave da cidade, que apesar de ser só uma e poder não reunir qualquer problema, cabia à Assembleia concordar ou não com a opção da Câmara Municipal; depois, a Santa Casa da Misericórdia de Anadia, que comemora este ano o seu centésimo aniversário, que a Câmara Municipal entendeu tratar-se do momento adequado para a atribuição da medalha; relativamente às empresas, a proposta da Câmara Municipal contempla a Epedal, a Sanitana, a Pavigrés, e as Caves Aliança, cada uma no seu ramo, uma na metalurgia ou metalomecânica - a Epedal - outra no ramo dos sanitários, outra no ramo do revestimento e outra no sector dos vinhos. A acompanhar cada uma das entidades propostas, disse estar um histórico e a razão pela qual recaiu a escolha sobre essa entidade. -----

----- Em termos desportivos, e para privilegiar um clube na área do futebol, informou que era proposto distinguir o Anadia Futebol Clube, um Clube com um histórico que todos reconhecem; na área do basquetebol, a proposta recai sobre o Sangalhos Desporto Clube; no rugby, a Câmara Municipal propõe a distinção para o Moita - Rugby Clube da Bairrada, por ser uma modalidade única; e a União Recreativa Ferreirense por ter uma modalidade interessante, o futebol feminino. Informou, ainda, que a proposta também avançava com uma distinção para a Banda de Música de Anadia, por a Câmara Municipal pensar ser uma instituição com pergaminhos bastante bem definidos e valiosos; outra distinção recai, também, por um Grupo Folclórico e, com todo o respeito por todos os Grupos Folclóricos do concelho, disse que a verdade era que o Grupo Folclórico da Pedralva, que é federado, era aquele que, no momento, reunia as condições de alguma diferença para com os outros. -----

----- Por último, comunicou ser proposto distinguir a Associação dos Bombeiros Voluntários de Anadia, que, também este ano, e brevemente, iria comemorar os seus setenta e cinco anos de existência, uma prestimosa associação que disse dever ser galardoada pelo seu voluntarismo e pela sua dedicação à causa pública. Pelo exposto, concluiu que, numa primeira ronda de



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

galardoados, os que estavam a ser apresentados eram os que a Câmara Municipal tinha entendido estarem em primeira linha, pelo que propunha à Assembleia Municipal a respectiva aprovação. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer que, relativamente ao documento que tinha sido distribuído, existiam duas imprecisões que entretanto a Câmara Municipal pediu para serem efectuadas e que disse ter entendido que não deveria distribuir por se tratar de duas imprecisões mínimas, a saber: na página cinco, onde está, na epígrafe, Moita Rugby Clube, depois na explicação da entidade é Moita - Rugby Clube da Bairrada; depois, na página nove, onde é referenciada Associação Humanitário é obviamente Associação Humanitária. De imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) para intervir. -----

----- O Senhor Deputado começou por se congratular com a decisão de atribuição de galardões, por considerar que as pessoas e as instituições do concelho de Anadia merecem ser acarinhadas pelo trabalho que desenvolvem. Entretanto, aproveitando as rectificações apresentadas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, alertou para o facto de que o nome das Caves Aliança não estaria actualizado, por pensar ter passado a Aliança Vinhos de Portugal, mas não deixou de referir tratar-se de uma precisão que poderia ser precisada ou não. Apresentou-se, também, um pouco admirado com o facto de uma Instituição, que nasceu em mil novecentos e trinta e oito, e pela qual passaram a esmagadora maioria dos Anadienses, enquanto concelho, que é a Escola Secundária de Anadia, herdeira do Colégio Nacional da Escola Técnica, que disse que no presente ombreia com aquilo que de melhor se faz no País, não esteja consignada na proposta, ao lado da realidade de outras instituições que lhe parecem tão prestigiadas ou não. Reforçou, entretanto, ter sido onde passou a esmagadora maioria dos Anadienses e acrescentou, ainda, que a Escola tem, no momento, uma noção de que terão passado por aquela casa mais de trinta e cinco mil alunos, o que lhe parecia motivo suficiente para também merecer uma especial atenção. Concluiu, referindo não se tratar do carinho, porque, como reconheceu, a Câmara Municipal sempre lhe dedicou muito carinho, mas uma vez que estavam a falar de instituições e empresas, parecia-lhe que também não deveria ser desoportuno essa distinção. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), que, pegando no que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito, de que haveria muito ainda por fazer, que o trabalho não estava completo e que estava mesmo na sua fase inicial, e aproveitando, também, a opinião deixada pelo Senhor Deputado Luís Santos, considerou que, paralelamente à Escola Secundária de Anadia, haveria outras situações de ensino no concelho de Anadia muito reputadas e com um excelente trabalho desenvolvido em prol da comunidade, como os Colégios de Famalicão e dos Salesianos, há muito dedicados ao ensino e à produção de jovens com capacidade para enfrentar a vida, que também precisariam ou deveriam ser agraciadas, concluindo esperar que um dia o venham a ser. Contudo, disse que a sua intervenção visava, fundamentalmente, deixar uma palavra de



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apreço às pessoas ou pessoa que elaborou o documento, não só pelo trabalho que ele com certeza envolveu em termos de pesquisa, mas, também, pela sua própria compilação. Acrescentou, ainda, parecer-lhe um trabalho meritório, muito esclarecedor e, portanto, daí querer apresentar o apreço do Grupo Municipal do PS às pessoas que elaboraram o documento.

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que começou por declarar partilhar da opinião dos colegas que entretanto tinham efectuado intervenções, no entanto, e aproveitando a deixa do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as empresas, quanto ao facto de ter escolhido uma de cada ramo, acabando precisamente nas Caves Aliança, disse pensar ter sido por lapso não terem sido consideradas as Termas da Curia. Numa breve resenha histórica, informou, entretanto, que as Termas da Curia tinham sido criadas em mil novecentos e dois, que até ao 25 de Abril foram consideradas as rainhas das Termas de Portugal; que tinham duas mil e oitocentas camas e rematou dizendo que a Curia tinha sido hospitaleira durante a guerra de Espanhóis e Franceses. Nessa conformidade, disse pensar que também deveria ser considerada, e que era uma sugestão e uma proposta que fazia. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo (PSD) que começou por referir que pensava que o sentimento da Assembleia era consentâneo quanto ao facto da atribuição dos galardões vir a premiar empresas e instituições que têm desenvolvido um trabalho meritório no concelho de Anadia. Adiantando, contudo, que na sua ideia estaria em falta apenas uma categoria que, no momento, pode ou não ter a expressão que deveria ter no concelho, mas que pensa que seria de bom-tom galardoar também instituições na área do turismo, da hotelaria e da restauração que são, como todos sabem, uma componente importante do concelho de Anadia. Reforçou, ainda, que a restauração e a hotelaria fazem publicidade ao concelho por todo o País, pelo que considera que, tal e qual como era proposta a atribuição na área dos vinhos, que reconheceu ser muito importante por também ser um cartão de visita para o concelho, também se deveria pensar em alargar os galardões para essa área da restauração, do turismo, da hotelaria. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cerca (PSD) que começou por se congratular com a atribuição dos galardões a todas as entidades propostas, que considera, efectivamente, que têm contribuído para o desenvolvimento do concelho. Nesse contexto, disse pretender questionar uma situação relativamente à atribuição da Chave de Honra da Cidade. Recorrendo ao documento, que determina que a Chave de Honra da Cidade de Anadia é atribuída ao Povo de Anadia, perguntou se essa atribuição se confinava apenas ao povo da cidade de Anadia ou era para o povo do concelho de Anadia. -----

----- De seguida, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) que saudou a iniciativa do Executivo, a qual considerou ainda não vir tarde, porquanto, na fase de final de mandato em que se encontram, serão confrontados com uma nova escolha. Portanto, disse



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pensar que a iniciativa tem tendência para colher frutos e, ainda que, no momento, não possam ser galardoadas todas as instituições, disse pensar que no futuro irão ser. -----

----- Para responder às intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por destacar o reconhecimento de todos os intervenientes da ideia que esteve subjacente à proposta em discussão. Não pondo em causa o mérito do Colégio de Famalicão, do Colégio Salesianos, da Escola Secundária de Anadia, e reconhecendo que essas instituições seriam tão bem agraciadas como as que estavam a ser propostas, referiu que devem existir critérios na escolha, umas vezes justos, outras não, e apresentou como certa a continuidade do acto. Adiantou, entretanto, que será escolhida uma data para uma nova atribuição, a qual terá por base a aplicação de critérios mais objectivos e mais evidentes, como o feito de determinada empresa ou instituição, o interesse que tem para a comunidade Anadiense a actividade de determinada empresa ou grupo. Reconhecendo a importância das Termas da Curia, não deixou, no entanto, de referir que aquelas Termas não têm actualmente as honrarias que tiveram no passado, correndo a Câmara o risco de ser mal interpretada. Mas, adiantou, também, que poderá ter havido qualquer feito das Termas que contribua para a atribuição imediata de um galardão, assim como outras empresas. -----

----- Relativamente à restauração, admitiu que a Câmara Municipal também tinha pensado nesse sector, mas lembrou existir o problema das pessoas, porque a restauração tem um padrão, não é como as Instituições, o que torna a tarefa ainda mais difícil. No entanto, e por forma a tranquilizar, de alguma forma, essas instituições, informou que também iriam chegar a sua altura, mas não deixou de lembrar que deveriam fazer algo, no presente, para merecerem ser agraciadas, porque disse que o agraciamento não tem por base unicamente o histórico. Referiu que os critérios de avaliação subjacentes a cada caso terão de ser interpretados de uma forma totalmente diferente. Assim, esclareceu não estar em causa pôr de lado qualquer instituição, mas gostaria que a Assembleia entendesse que seria o início de um processo que já deveria ter sido iniciado há muitos anos, o que, provavelmente, contribuiria para que a presente discussão seguisse outro rumo. Entretanto, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sequência do pedido formulado às associações em questão, para fornecerem os seus dados correctos e os dados relativos ao seu historial, para organização correcta do processo até à data da atribuição, para solicitar às mesmas que procedam às necessárias alterações relativamente ao documento em discussão, para que na redacção final do documento oficial sejam prevenidas situações como a das Caves Aliança, do Moita Rugby, entre outras, e para que não sejam encontradas lacunas como o humanitário. -----

----- Quanto à Chave de Honra da Cidade de Anadia, esclareceu que a mesma é entregue em nome do povo do concelho de Anadia, porque não foi só o povo de Anadia que contribuiu para que ela tivesse chegado a cidade. E acrescentou, mesmo, que Anadia só existe porque existem todas as outras localidades do concelho e que o contexto em que é proposto é Chave de Honra da Cidade de Anadia para o povo do concelho de Anadia. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade (PSD) que, uma vez esclarecida a sua dúvida relativamente à questão da Chave da Cidade, passou a apresentar o que disse ser um crítica construtiva: referiu concordar com todas as empresas que eram propostas, mas disse pensar que no lugar das Caves Aliança deveriam estar outras Caves, mais antigas, e até com um nome um pouco mais sonante, as Caves São João. Não sabendo se foram esquecidas, considerou que as Caves S. João mereciam o reconhecimento nesta primeira entrega de prémios, por terem mais nome e, apesar de serem uma Caves mais pequenas, sempre foram umas Caves que ajudaram as actividades culturais e desportivas. Esclarecendo não estar a criticar as Caves Aliança, disse, no entanto, pensar que, no momento, as Caves São João, por serem as mais antigas e, também, por prestarem os mesmos serviços do que estas Caves, achava que mereciam ser escolhidas nesta primeira fase. Contudo, concluiu estar tudo bem e não haver problema algum, apenas transmitiu a sua opinião. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) que depois de se congratular com as honras atribuídas, lembrou à Câmara Municipal o que lhe parecia ser uma falha imperdoável, dada a oportunidade. Salvo melhor opinião, referiu que deveria estar incluído na proposta o Hospital José Luciano de Castro, por uma simples razão, porque quando lhe for atribuída a medalha já estará fechado. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal transmitiu ao Plenário que o Senhor Deputado António Cavadas (PSD) tinha apresentado à Mesa uma proposta com o teor que o Senhor Deputado passou a ler: *"Proponho que seja atribuída medalha municipal de mérito, grau ouro, Termas da Curia – Sociedade de Águas. Estas termas, para além da sua fundação, mil novecentos e dois, foi através das suas águas medicinais, foi a correia de transmissão para toda a Europa. Levou, bem alto, não só o nome da Curia, mas também o nome da Bairrada. Mais, foi considerada a rainha das Termas Portuguesas até ao 25 de Abril. Lembro que, a esta data, tinha a Curia duas mil e oitocentas camas que preenchidas não só por aquistas portugueses mas também vindos do estrangeiro. Mais, ainda, foi na Curia que os refugiados da Guerra encontraram hospitalidade."* -----

----- Dada a conhecer a proposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Mesa iria admitir a proposta, porque, compulsado o RAMA, entende que, havendo uma proposta da Câmara Municipal, a mesma pode ser alvo de propostas de alteração. Entretanto, recorreu ao RAMA que lembrou que, nessa matéria, diz, no número seis do seu artigo terceiro, o seguinte: *"A proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente às alíneas b), c), i) e m), ou seja, opções do Plano, Proposta de orçamento, revisões, inventário, documentos de prestação de contas, alienação de bens imóveis, criação e reorganização dos serviços municipais, não pode ser alterada pela Assembleia Municipal e carece da devida fundamentação, quando rejeitada, mas a Câmara Municipal deve acolher sugestões feitas pela Assembleia, quando devidamente fundamentadas, salvo se aquelas enfermarem de previsões de factos que possam ser considerados ilegais"*. Assim, referiu que desse articulado retiravam que, tirando



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esses casos concretos, que não poderiam ser alterados, para os quais não podem haver propostas de alteração, a não ser com a aceitação tácita da Câmara Municipal, tudo o resto pode ser, e concluiu estarem precisamente perante uma dessas situações. Perante isso, e por ser uma proposta de alteração à proposta da Câmara Municipal, disse ser importante que o Senhor Presidente da Câmara Municipal se pronunciasse sobre a matéria, antes de procederem à votação. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse não estar na Assembleia para desobedecer a qualquer regulamento, mas entendia que a Câmara Municipal tinha apresentado uma proposta concreta ao Executivo Municipal, pelo que, por essa ordem de ideias, outras propostas surgiriam, entretanto, e deixava de saber o que tinha estado o Executivo a fazer. Contudo, como a Lei deve ser cumprida, disse que a proposta deveria ser votada, mas que caberia à Assembleia Municipal, responsabilmente e através do voto, a decisão final. -----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cerca (PSD) que pediu um esclarecimento relativamente ao artigo quarto do Regulamento da Chave de Honra da Cidade de Anadia, que diz que a atribuição da Chave de Honra é da competência do Executivo Municipal, sujeita a aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a proposta era da Câmara Municipal mas podia ser alterada na Assembleia Municipal, nada impedia e, aliás, acrescentou que o próprio regulamento era omissivo, mas se dissesse, diria que era ilegal dizer que a proposta da Câmara Municipal é inalterável porque o que prevalece é a Lei e o que consta do RAMA é, nesse aspecto, uma cópia fiel da Lei, pelo que, na sua opinião, não restava alternativa senão, de facto, aceitar propostas de alteração à proposta da Câmara Municipal. Disse mesmo não ter dúvidas sobre essa matéria, que seria possível e que tinha de ser mesmo. Acrescentou, ainda, que se os Regulamento, quer dos Galardões, quer da Chave da Cidade, ditassem que a proposta da Câmara Municipal era blindada, que era impossível de ser alterada na Assembleia Municipal, seria uma determinação ilegal, pelo que iria passar à votação da proposta de alteração, apresentada pelo Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP). -----

----- Entretanto, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) que referiu, ainda que fugindo do âmbito da ordem do dia, lembrou que tinha sido convocado para uma sessão a realizar no dia catorze de Novembro e encontra-se na Assembleia no dia quinze do mesmo mês, logo, disse pensar ter direito a duas senhas de presença. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal confirmou que fugia ao âmbito, mas adiantou que as senhas eram pagas por sessão, ainda que a sessão se tivesse prolongado para outro dia, aproveitando para informar que a Mesa tinha deliberado continuar os trabalhos apesar da mudança do dia, ou seja, passando a meia-noite. -----

----- Cumprindo outra inscrição, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para declarar que o Grupo Municipal do PS se absteria na votação da proposta do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) pelo facto de,





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apesar de simpatizarem com a proposta de inclusão das Termas da Curia, pretenderem que a mesma fosse considerada como uma recomendação à Câmara Municipal. Esclareceu, mesmo, ser esse o entendimento do GM do PS, simpatizam com a proposta, mas abstém-se para que a Câmara Municipal tome em consideração, de acordo com os critérios gerais definidos. -----

----- Perante a sugestão do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse parecer-lhe uma sugestão muito oportuna e como o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que fala em nome da Câmara, não acolheu a proposta, e por considerar que nas matérias em questão deve haver uma certa concordância do órgão que propõe, apresentou uma sugestão ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), por considerar que a questão dos galardões deve reunir o máximo consenso, não gostaria, nem de ver recusado, desde logo, nem de ver aprovado com abstenções, até porque achava que sobretudo a entidade não merecia isso, pelo que ousou propor ao Senhor Deputado Municipal António Cavadas (CDS-PP) que pudesse retirar a proposta e enviá-la, depois, para análise posterior da Câmara Municipal, para, numa próxima oportunidade, a própria Câmara Municipal poder recolhê-la, analisá-la e, porventura, apresentá-la numa ulterior sessão. -----

----- De imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que esclareceu que na proposta mencionava a alínea e) do artigo vigésimo, a qual passou a ler: "*propor recomendações à Câmara Municipal*", portanto, a proposta tinha sido apresentada como recomendação. -----

----- Perante o esclarecimento do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu não se tratar, então, de uma proposta de alteração, mas, antes, de uma recomendação, e que tinha ficado com a noção, quando o Senhor Deputado tinha dito tratar-se de uma proposta, que só poderia ser uma proposta de alteração. Mas, remetendo ao artigo vinte do Regimento, alínea e), que dizia claramente propor recomendações à Câmara Municipal, disse pensar que, ainda que o Senhor Deputado as pudesse fazer directamente na Assembleia, no caso em concreto faria mais sentido dirigi-las directamente à Câmara Municipal. No entanto, informou que iria tomar como certa a recomendação do Senhor Deputado e remetê-la à Câmara Municipal, para possível análise futura, uma vez que, no caso concreto, não tinha sido aceite pela Câmara Municipal. -----

----- De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que disse ter entendido a situação e que aceitava, desde logo, a recomendação do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), mas adiantou que tratando-se de um pedido de inclusão, disse não estar a ver tal acontecer de uma forma assim tão pacífica. No entanto, como recomendação, afirmou estar disponível para aceitar, se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal entendesse como tal. -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que perante a posição expressa pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o mesmo tinha aceite a recomendação, mas que a mesma não se traduzia numa alteração à proposta da Câmara Municipal. Esclarecidas todas as questões, informou que iria remeter a recomendação ao Senhor



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara Municipal e antes de passar à votação da proposta da Câmara Municipal, que disse ser compacta, perguntou se os Senhores Deputados a pretendiam votar de forma conjunta. -----

----- Concedida a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Deputado perguntou da recomendação apresentada pelo Senhor Deputado César Andrade (PSD) relativamente às Caves São João, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de imediato, disse ter entendido como uma sugestão, mas que se fosse uma recomendação, seria, mas sugeriu ao Senhor Deputado César Andrade (PSD) que se entendesse apresentar recomendações à Câmara Municipal, que tal não teria de acontecer de imediato, sendo que a qualquer momento as poderia fazer chegar à Câmara Municipal. -----

----- Não havendo oposição a que a proposta da Câmara Municipal fosse votada no seu conjunto, passou, de imediato, à sua votação, decorrida a qual anunciou que a mesma tinha sido aprovada, por unanimidade, com trinta e dois votos a favor. -----

----- Entretanto, comunicou ter sido apresentada uma proposta do GM do PSD para aprovação em minuta do ponto quatro da ordem do dia, a qual, depois de votada, anunciou ter sido aprovada, por unanimidade, com trinta e dois votos a favor, dando por encerrado o ponto quatro da ordem do dia. -----

Nada mais havendo a tratar deu de imediato por encerrada a sessão extraordinária, quando eram duas horas, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -

---